



## **Gerenciamento de Riscos - Pilar 3**

2º trimestre de 2015

<b>OBJETIVO</b>	<b>4</b>
<b>PRINCIPAIS INDICADORES</b>	<b>4</b>
<b>1 GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL</b>	<b>5</b>
1.1 Estrutura Organizacional	5
1.2 Governança de Riscos e Capital	6
<b>2 CAPITAL</b>	<b>6</b>
2.1 Gerenciamento de Capital	6
2.2 Requerimentos de Capital Vigentes e em implantação	7
2.3 Composição do Capital	8
2.4 Ativos Ponderados pelo Risco	10
Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )	10
Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{MPAD}$ )	11
Ativos Ponderados de Risco de Operacional ( $RWA_{OPAD}$ )	11
2.5 Suficiência de Capital	12
<b>3 BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>14</b>
Balanço Patrimonial	14
Instituições Integrantes das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco <i> Holding</i>	16
Lista das instituições relevantes	18
<b>4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>19</b>
4.1 Participações societárias não classificadas na carteira de negociação	19
<b>5 RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>20</b>
5.1 Estrutura e Tratamento	20
5.2 Análise da Carteira de Crédito	22
Evolução da Carteira de Crédito	22
Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil	22
Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico	23
Prazo a decorrer das operações	24
Concentração da Carteira de Crédito nos Maiores Devedores	24
Operações em atraso	25
Provisões para Devedores Duvidosos	25
Instrumentos Mitigadores	26
Risco de Crédito da Contraparte	27
Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	28
Operações de Securitização	29
Derivativos de Crédito	31
<b>6 RISCO DE MERCADO</b>	<b>32</b>
6.1 Estrutura e Tratamento	32
6.2 Análise da Carteira de Mercado	34
Risco de taxa de juros na carteira de não negociação	34
Evolução da Carteira de Negociação	35
Evolução da Carteira de Derivativos	35
<i> VaR</i> - Consolidado Itaú Unibanco	36
<i> VaR</i> - Carteira de Negociação	37
<i> VaR</i> - Unidades Externas	38
Teste de Aderência	39

<b>7 RISCO OPERACIONAL</b>	<b>40</b>
7.1 Estrutura e Tratamento	40
7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios	41
<b>8 RISCO DE LIQUIDEZ</b>	<b>42</b>
8.1 Estrutura e Tratamento	42
8.2 Fontes Primárias de <i>Funding</i>	42
<b>9 OUTROS RISCOS</b>	<b>43</b>
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	43
Risco Socioambiental	43
Risco Regulatório	44
Risco de Modelo	44
Risco País	44
Risco de Estratégia	45
Risco Reputacional	45
<b>10 GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E ALINHAMENTO DE INCENTIVOS</b>	<b>47</b>
Apetite de Riscos	47
Teste de Estresse	47
Remuneração Ajustada ao Risco	47
<b>11 ANEXO I</b>	<b>49</b>
<b>12 GLOSSÁRIOS</b>	<b>52</b>
12.1 Glossário de Siglas	52
12.2 Glossário de Regulamentos	54

---

## Objetivo

O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco  *Holding S.A.* (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através das Circulares 3.678 e 3.716, que dispõem sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês  *risk weighted assets*) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), alinhado às novas regras de capital e em conformidade com os normativos institucionais do Itaú Unibanco.

Para informações suplementares às citadas neste documento, consultar os demais relatórios de acesso público disponíveis em [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri).

## Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter o perfil de risco da instituição dentro da estratégia de risco e diretrizes do Conselho de Administração. Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados considerando o Conglomerado Prudencial, na data-base de 30 de junho de 2015.

### Índice de Basileia

**17,2%**

1º Trim. 2015: 15,3%

### Índice de Capital Principal

**13,2%**

1º Trim. 2015: 11,6%

### Índice de Nível II

**4,0%**

1º Trim. 2015: 3,7%

### Patrimônio de Referência

**R\$ 126.424** milhões

1º Trim. 2015: R\$ 120.903 milhões

### Capital Principal

**R\$ 96.959** milhões

1º Trim. 2015: R\$ 91.451 milhões

### Nível II

**R\$ 29.416** milhões<sup>1</sup>

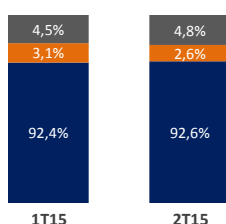
1º Trim. 2015: R\$ 29.402 milhões

### RWA

**R\$ 736.393** milhões

1º Trim. 2015: R\$ 788.844 milhões

#### Composição do RWA



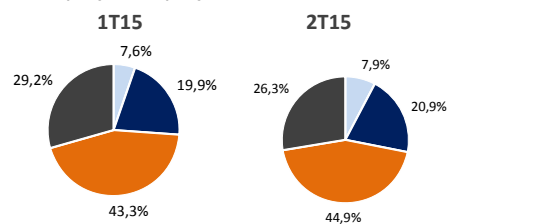
■ Risco de Crédito ■ Risco de Mercado ■ Risco Operacional

### Exposição ao Risco de Crédito

**R\$ 681.622** milhões

1º Trim. 2015: R\$ 728.559 milhões

#### Composição da Exposição ao Risco de Crédito



■ Títulos e Valores Mobiliários ■ Varejo ■ Não Varejo ■ Outras Exposições

<sup>(1)</sup> Além de dívidas subordinadas, as ações preferenciais resgatáveis (no valor de R\$ 226 milhões) compõem o saldo dos instrumentos elegíveis a Nível II.

### 1 Gerenciamento de Riscos e Capital

O gerenciamento de riscos é considerado pelo Itaú Unibanco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas.

O gerenciamento de riscos no Itaú Unibanco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações do Itaú Unibanco;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias do Itaú Unibanco;
- A carteira do Itaú Unibanco é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação do Itaú Unibanco.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados compostos pela alta administração, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Atendendo à Resolução 3.988 do Conselho Monetário Nacional (CMN), à Circular BACEN 3.547 e à Carta-Circular BACEN 3.565, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), tendo submetido o último relatório do ICAAP ao BACEN em abril de 2015, referente à data-base dezembro de 2014.

O Itaú Unibanco adota postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, que compreende as seguintes etapas:

- Identificação e análise dos riscos materiais aos quais o Itaú Unibanco está ou pode vir a estar exposto e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos materiais;
- Planejamento de capital, considerando as diretrizes estratégicas, o ambiente econômico e as diretrizes do Conselho de Administração;
- Realização de testes de estresse, visando à análise de impacto de eventos severos sobre o nível de capitalização do Itaú Unibanco;
- Manutenção de um plano de contingência de capital para casos em que as fontes de capital se revelem inviáveis ou insuficientes;
- Avaliação interna da adequação de capital, que consiste na comparação do Patrimônio de Referência com o capital necessário, segundo avaliação interna, para fazer face aos riscos incorridos;
- Elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre adequação do capital para a alta administração e para o Conselho de Administração.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital pode ser visualizado no [site www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital.

#### 1.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está de acordo com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos do Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. Esta estrutura independente também é responsável por centralizar o gerenciamento de capital do Itaú Unibanco. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho e aos Executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco aos riscos bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

O Itaú Unibanco administra sistemas de informática proprietários para completo atendimento aos regulamentos de reserva de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelas autoridades competentes para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

### 1.2 Governança de Riscos e Capital

O Itaú Unibanco estabeleceu Comitês responsáveis pela gestão de riscos e capital, os quais se reportam diretamente ao Conselho de Administração e tem seus membros eleitos ou indicados por esse órgão. No nível executivo, a gestão de riscos é exercida por órgãos colegiados compostos pela alta administração.

A descrição detalhada dessa estrutura pode ser consultada no Relatório Anual Consolidado, na sessão Nossa Gestão de Risco. O Relatório Anual Consolidado está disponível no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Informações Financeiras.

## 2 Capital

### 2.1 Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o órgão máximo no gerenciamento de capital do Itaú Unibanco, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do conglomerado. Ainda no âmbito de gerenciamento de capital, através do relatório do ICAAP, o Conselho de Administração aprova:

- A identificação dos riscos materiais, a definição da necessidade de capital adicional para os riscos materiais e as metodologias internas de quantificação de capital;
- O plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse;
- O plano de contingência de capital;
- A avaliação interna da adequação de capital;
- A validação independente de processos e modelos do ICAAP.

Adicionalmente, as conclusões e os apontamentos da auditoria sobre os processos de gerenciamento de capital são levados para ciência do Conselho de Administração.

No nível executivo, existem órgãos colegiados compostos pela alta administração, responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital. Apoiando a governança dos órgãos colegiados, o Itaú Unibanco possui uma estrutura dedicada ao gerenciamento de capital da instituição que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

No contexto de gerenciamento de capital, é elaborado um plano de capital estruturado de forma consistente com o planejamento estratégico do Itaú Unibanco e que tem como objetivo garantir a manutenção de um nível adequado e sustentável de capital, incorporando análises do ambiente econômico, competitivo, político e outros fatores externos. O plano de capital compreende:

- Metas e projeções de capital do Itaú Unibanco de curto e de longo prazo, em cenários normais e em cenários de estresse, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração;
- Principais fontes de capital;
- Plano de contingência de capital, contendo ações a serem realizadas em caso de potencial deficiência de capital.

Para elaborá-lo, considera-se, no mínimo:

- Análise de ameaças e de oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios;
- Projeções de balanços e de resultados;
- Metas de crescimento e/ou de participação no mercado;
- Segmentos visados pela instituição e produtos destinados a cada um deles;
- Políticas de distribuição de resultados e seus impactos no capital.

Como parte do planejamento de capital, condições extremas de mercado são simuladas, considerando eventos severos que busquem identificar potenciais restrições de capital. Os cenários de estresse são aprovados pelo Conselho de Administração e seus impactos no capital são considerados na definição de estratégia e posicionamento de negócios e de capital.

Complementando o cálculo de capital para cobertura dos riscos de Pilar 1, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo mecanismos que visam à identificação e à análise da materialidade de outros riscos incorridos pela instituição, além de metodologias para avaliação e quantificação da necessidade de capital adicional para cobertura dos mesmos.

De forma a prover informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em órgãos colegiados, informando-os sobre a adequação de capital do Itaú Unibanco bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

### 2.2 Requerimentos de capital vigentes e em implantação

Os requerimentos mínimos de capital do Itaú Unibanco seguem o conjunto<sup>2</sup> de resoluções e circulares divulgadas pelo Bacen que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco.

A partir do primeiro trimestre de 2015, os índices de Capital Total (PR), de Capital de Nível I e de Capital Principal devem ser apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial<sup>3</sup>, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios. As informações publicadas em períodos anteriores ao primeiro trimestre de 2015 foram apuradas no Consolidado Operacional.

Para fins do cálculo desses requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelo risco de crédito com o risco de mercado e o risco operacional. O Itaú Unibanco utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo dessas parcelas, descritas no item 2.4 *Ativos Ponderados pelo Risco*.

O requerimento mínimo de Capital Total corresponde a um índice de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, decaindo gradualmente até 8% em 1º de janeiro de 2019. Em contrapartida, as normas do BACEN estabeleceram um adicional de Capital Principal, que corresponde à combinação de colchões de conservação (fixo) e anticíclico (variável), que em conjunto com as exigências mencionadas no parágrafo anterior, aumenta as exigências de capital ao longo do tempo.

Também foram redefinidos os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II. Adicionalmente, foi instituída a redução gradual da elegibilidade do estoque de instrumentos emitidos de acordo com a Resolução CMN 3.444.

O cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil foi definido pelo BACEN conforme abaixo:

#### Cronograma de Implantação de Basileia III

	01/01/2014	01/01/2015	01/01/2016	01/01/2017	01/01/2018	01/01/2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	11,0%	11,0%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP) - Limite Inferior	-	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Adicional de Capital Principal (ACP) - Limite Superior <sup>(1)</sup>	-	-	0,625%	2,5%	3,75%	5,0%
Capital Principal + ACP Limite Inferior	4,5%	4,5%	5,125%	5,75%	6,375%	7,0%
Nível I + ACP Limite Inferior	5,5%	6,0%	6,625%	7,25%	7,875%	8,5%
Capital Total + ACP Limite Inferior	11,0%	11,0%	10,5%	10,5%	10,5%	10,5%
Capital Principal + ACP Limite Superior <sup>(1)</sup>	4,5%	4,5%	5,125%	7,0%	8,25%	9,5%
Nível I + ACP Limite Superior <sup>(1)</sup>	5,5%	6,0%	6,625%	8,5%	9,75%	11,0%
Capital Total + ACP Limite Superior <sup>(1)</sup>	11,0%	11,0%	10,5%	11,8%	12,375%	13,0%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	20%	40%	60%	80%	100%	100%

<sup>(1)</sup> Em 2016, o Adicional de Capital de Principal - Limite Superior é igual ao Limite Inferior, conforme disposto pela Circular BACEN nº 3.741, de 29 de dezembro de 2014. Nos demais anos, considera-se o percentual máximo do Adicional de Capital Principal.

A aderência do BACEN às normas recomendadas pelo Comitê de Basileia foi avaliada no final de 2013 através do programa “Regulatory Consistency Assessment Programme” (RCAP). As regras vigentes no Brasil foram consideradas aderentes - nos termos do BIS, o Brasil foi considerado uma “compliant jurisdiction”<sup>4</sup> - ou seja, os padrões de capital estabelecidos no Brasil atendem aos requisitos mínimos internacionalmente vigentes. As divergências apontadas foram consideradas pouco significativas.

<sup>2</sup> As normas que implantaram as regras de Basileia III no Brasil foram divulgadas a partir de 1º de março de 2013, através das Resoluções do CMN 4.192 a 4.195 (a Resolução 4.195 foi revogada pela Resolução 4.280), em conjunto com 15 Circulares publicadas pelo BACEN em 4 de março do mesmo ano, bem como alterações posteriores.

<sup>3</sup> Maiores detalhes do Conglomerado Prudencial podem ser consultados na Circular BACEN 3.701, na Resolução CMN 4.280 ou no link: <http://www.bcb.gov.br/?REGPRUDENCIAL>

<sup>4</sup> Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP). Assessment of Basel III regulations in Brazil, December 2013, com atualização em março de 2015 sem pontos adicionais materiais.

**Requisitos mínimos de capital para Seguros**

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) divulgou, em 2010, a Resolução CNSP 228, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas. Em 2013, divulgou as Resoluções CNSP 280, 283 e 284, que dispõem sobre as regras de cálculo de capital dos riscos de subscrição e operacional. Em 2014, foram alterados os requisitos de cálculo com a divulgação da Resolução CNSP 316. Estes normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, de previdência e de capitalização. Além dos riscos de subscrição, crédito e operacional, em dezembro de 2014 foi publicada a Resolução CNSP 317 que regulamenta o capital de risco de mercado.

**2.3 Composição do Capital**

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório do Nível I e Nível II, onde:

- Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, certas reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;
- Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II considerando suas respectivas deduções e ajustes prudenciais, conforme estabelecido nas Resoluções mencionadas.

**Composição do Patrimônio de Referência**

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
<b>Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)</b>	<b>100.711</b>	<b>96.954</b>	<b>85.987</b>
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	885	860	1.908
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	4.292	4.579	5.511
<b>Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)</b>	<b>105.888</b>	<b>102.393</b>	<b>93.405</b>
Ações Preferenciais com Cláusula de Resgate Excluídas do Nível I	-	-	(869)
Deduções do Capital Principal <sup>(1)</sup>	(8.929)	(10.942)	(6.070)
<b>Capital Principal</b>	<b>96.959</b>	<b>91.451</b>	<b>86.465</b>
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	-	-	-
Deduções do Capital Complementar	49	50	13
<b>Capital Complementar</b>	<b>49</b>	<b>50</b>	<b>13</b>
<b>Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)</b>	<b>97.008</b>	<b>91.501</b>	<b>86.478</b>
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II <sup>(2)</sup>	29.354	29.354	33.547
Deduções do Nível II	62	48	9
<b>Nível II</b>	<b>29.416</b>	<b>29.402</b>	<b>33.556</b>
<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>126.424</b>	<b>120.903</b>	<b>120.034</b>

<sup>(1)</sup> A partir deste trimestre, fica estabelecido, pela Resolução CMN 4.277, a aplicação de ajustes prudenciais referentes ao apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, impactando as deduções do capital principal em R\$ 265 milhões.

<sup>(2)</sup> Além de dívidas subordinadas, as ações preferenciais resgatáveis (no valor de R\$ 226 milhões) compõem o saldo dos instrumentos elegíveis a Nível II.

Conforme o cronograma de implantação de Basileia III no Brasil, a partir do primeiro trimestre de 2015, as informações passam a ser reportadas no Conglomerado Prudencial.

A composição detalhada do Patrimônio de Referência conforme requerido pelas Circulares BACEN 3.678 e 3.716 pode ser observada no Anexo I – “Composição e Adequação do Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR” - deste documento.



## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

Os montantes dos fundos obtidos por meio de emissão de dívidas subordinadas e que são considerados no capital de Nível II, para os propósitos do índice de Basileia em relação aos ativos ponderados de risco, estão descritos abaixo:

### Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

Nome do Papel	Vencimentos						R\$ milhões		
	<1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	> 5 anos	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
CDB	5.991	1.899	-	-	-	-	7.890	7.618	8.926
Letras Financeiras	607	7.330	10.535	4.551	48	3.263	26.334	26.043	25.385
Euronotes	338	-	-	-	-	23.877	24.215	25.047	17.187
<b>Dívida Subordinada (jun/15)</b>	<b>6.936</b>	<b>9.229</b>	<b>10.535</b>	<b>4.551</b>	<b>48</b>	<b>27.140</b>	<b>58.439</b>	<b>58.708</b>	<b>51.498</b>
Dívida Subordinada não elegível a capital <sup>(1)</sup>	129	29	26	24	54	527	789	820	622
<b>Dívida Subordinada - Total (jun/15)</b>	<b>7.065</b>	<b>9.258</b>	<b>10.561</b>	<b>4.575</b>	<b>102</b>	<b>27.667</b>	<b>59.228</b>		
Dívida Subordinada após redutor (jun/15)	-	1.846	4.214	2.730	39	27.140	35.969		
<b>Dívida Subordinada (dez/12)</b>	<b>3.367</b>	<b>4.951</b>	<b>725</b>	<b>6.997</b>	<b>8.742</b>	<b>29.139</b>	<b>53.921</b>		
Dívida Subordinada após redutor (dez/12)	-	990	290	4.198	6.993	29.139	41.611		
Limitador <sup>(2)</sup> Dívida Subordinada	-	693	203	2.939	4.895	20.397	29.128		
<b>Dívida Subordinada elegível a capital (jun/15) <sup>(3)</sup></b>	<b>-</b>	<b>693</b>	<b>203</b>	<b>2.939</b>	<b>4.895</b>	<b>20.397</b>	<b>29.128</b>		

<sup>(1)</sup> Dívidas subordinadas que não compõem o Nível II do PR.

<sup>(2)</sup> Dívidas subordinadas de dez/12 com aplicação do limitador de acordo com art. 28º da Resolução CMN 4.192.

<sup>(3)</sup> Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de jun/15, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dez/12, com a inclusão das dívidas aprovadas após o fechamento, autorizadas pelo Bacen para compor o Nível II, totalizando R\$ 53.921 milhões.

O detalhamento sobre os prazos de vencimento, remuneração, valor do principal, saldo contábil e montante de dívidas subordinadas é apresentado a seguir:

### Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital - Detalhamento

Nome do Papel/ Moeda	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	R\$ milhões			Saldo Contábil
				30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014	
<b>CDB<sup>(1)</sup> Subordinado - BRL</b>				<b>Valor Principal</b>			<b>Variação Principal</b>
	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	-	-	60	(60)
			IGPM + 7,22%	-	-	33	(33)
	2008	2014	112% do CDI	-	-	1.000	(1.000)
	2008	2015	119,8% do CDI	400	400	400	-
	2010	2015	113% do CDI	50	50	50	-
	2006	2016	100% do CDI + 0,7%	466	466	466	-
	2010	2016	110% a 114% do CDI	2.665	2.665	2.665	-
			IPCA + 7,21%	123	123	123	-
	2010	2017	IPCA + 7,33%	367	367	367	-
			<b>Total</b>	<b>4.071</b>	<b>4.071</b>	<b>5.164</b>	<b>(1.093)</b>
<b>Letra Financeira Subordinada - BRL</b>							
	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	365	365	365	-
			112% a 112,5% do CDI	1.874	1.874	1.874	-
			IPCA + 7%	30	30	30	-
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	206	206	206	-
	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.224	3.224	3.224	-
			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.650	3.650	3.650	-
			IPCA + 6,15% a 7,8%	352	352	352	-
			IGPM + 6,55% a 7,6%	138	138	138	-
	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	500	500	500	-
	2011	2018	IGPM + 7%	42	42	42	-
			IPCA + 7,53% a 7,7%	30	30	30	-
	2012	2018	108% a 113% do CDI	6.373	6.373	6.373	-
			IPCA + 4,4% a 6,58%	461	461	461	-
			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.782	3.782	3.782	-
			9,95% a 11,95%	112	112	112	-
	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2	2	2	-
	2012	2019	110% do CDI	1	1	1	-
			11,96%	12	12	12	-
			IPCA + 4,7% a 6,3%	101	101	101	-
	2012	2020	111% do CDI	1	1	1	-
			IPCA + 6% a 6,17%	20	20	20	-
	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	6	6	6	-
	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	2.307	2.307	2.307	-
			IGPM + 4,63%	20	20	20	-
			<b>Total</b>	<b>23.609</b>	<b>23.609</b>	<b>23.609</b>	<b>-</b>
<b>Euronotes Subordinado - USD</b>							
	2010	2020	6,2%	990	990	990	-
	2010	2021	5,75%	1.000	1.000	1.000	-
	2011	2021	5,75% a 6,2%	730	730	730	-
	2012	2021	6,2%	550	550	550	-
	2012	2022	5,5% a 5,65%	2.600	2.600	2.600	-
	2012	2023	5,13%	1.851	1.851	1.851	-
			<b>Total USD</b>	<b>7.721</b>	<b>7.721</b>	<b>7.721</b>	<b>-</b>
			<b>Total BRL</b>				<b>24.215</b>
			<b>Total Geral</b>				<b>58.439</b>
			<b>Dívida Subordinada após redutor</b>				<b>35.969</b>
			<b>Dívida Subordinada elegível a capital (jun/15) <sup>(2)</sup></b>				<b>29.128</b>

<sup>(1)</sup> Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

<sup>(2)</sup> Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de jun/15, foi considerado o saldo da dívida subordinada elegível a capital de dez/12.

As informações relativas a cada instrumento integrante do Patrimônio de Referência, conforme requerido pelas Circulares BACEN 3.678 e 3.716, podem ser visualizadas no site [www.itaunibanco.com.br/rj](http://www.itaunibanco.com.br/rj), seção Governança Corporativa, Planilhas de apoio, Anexo II – Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência.

## 2.4 Ativos Ponderados pelo Risco

De acordo com as Resoluções CMN 4.193 e 4.281, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = \overset{\text{Risco de Crédito}}{RWA_{CPAD}} + \overset{\text{Risco de Mercado}}{RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS}} + \overset{\text{Risco de Operacional}}{RWA_{OPAD}}$$

- $RWA_{CPAD}$  = parcela relativa às exposições ao risco de crédito;
- $RWA_{CAM}$  = parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
- $RWA_{JUR}$  = parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;
- $RWA_{COM}$  = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*);
- $RWA_{ACS}$  = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;
- $RWA_{OPAD}$  = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.

A tabela abaixo apresenta de forma consolidada a evolução da composição do RWA do Itaú Unibanco. Cada uma das parcelas mencionadas abaixo será detalhada nos próximos tópicos.

Composição dos Ativos Ponderados Pelo Risco

Exposições ao Risco	Prudencial				Operacional	
	30/06/2015		31/03/2015		30/06/2014	
Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )	681.622	92,6%	728.559	92,4%	687.126	91,7%
Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{MPAD}$ )	19.262	2,6%	24.776	3,1%	25.718	3,4%
Ativos Ponderados de Risco de Operacional ( $RWA_{OPAD}$ )	35.509	4,8%	35.509	4,5%	36.566	4,9%
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	736.393	100%	788.844	100%	749.409	100%

R\$ milhões

### Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )

A tabela abaixo apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito ( $RWA_{CPAD}$ ), segregados por fator de ponderação e tipo de ativos:

Abertura dos ativos ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )

Exposições ao Risco	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )	681.622	728.559	687.126
<b>a) Por Fator de Ponderação (FPR):</b>			
FPR de 2%	101	136	54
FPR de 20%	6.085	6.291	7.168
FPR de 35%	9.050	8.579	7.333
FPR de 50%	42.723	46.681	19.749
FPR de 75%	142.557	145.250	132.446
FPR de 85%	142.034	147.950	133.408
FPR de 100%	275.611	305.875	298.907
FPR de 150%	-	-	19.188
FPR de 250%	36.339	34.294	32.425
FPR de 300%	13.362	18.002	19.731
FPR até 1250% <sup>(1)</sup>	1.407	1.688	6.958
Derivativos - Ganho Potencial Futuro e Variação da qualidade creditícia da contraparte	12.353	13.812	9.758
<b>b) Por Tipo:</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	54.016	55.102	44.174
Operações de Crédito - Varejo	116.072	119.257	108.545
Operações de Crédito - Não Varejo	225.751	232.035	233.114
Coobrigações - Varejo	302	324	169
Coobrigações - Não Varejo	63.692	65.499	64.006
Compromissos de Crédito - Varejo	26.172	25.651	23.729
Compromissos de Crédito - Não Varejo	16.695	17.629	26.474
Outras Exposições	178.922	213.063	186.915

R\$ milhões

<sup>(1)</sup> Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

### Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{MPAD}$ )

O  $RWA_{MPAD}$  consiste no somatório das parcelas:  $RWA_{CAM}$ ,  $RWA_{JUR}$ ,  $RWA_{COM}$ ,  $RWA_{ACS}$ . A seguir, a abertura dos ativos ponderados de risco de mercado:

## Abertura dos Ativos Ponderados de Risco de Mercado

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{MPAD}$ )	19.262	24.776	25.718
Operações sujeitas à variação de taxas de juros ( $RWA_{JUR}$ )	9.957	12.046	16.206
Prefixadas denominadas em real ( $RWA_{JUR1}$ )	4.252	3.995	4.383
Cupons de moedas estrangeiras ( $RWA_{JUR2}$ )	3.604	4.858	6.379
Cupom de índices de preços ( $RWA_{JUR3}$ )	2.101	3.194	5.210
Cupons de taxas de juros ( $RWA_{JUR4}$ )	-	-	234
Operações sujeitas à variação do preço de <i>commodities</i> ( $RWA_{COM}$ )	573	921	1.397
Operações sujeitas à variação do preço de ações ( $RWA_{ACS}$ )	1.128	610	1.056
Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial ( $RWA_{CAM}$ )	7.605	11.198	7.059
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	1.418	1.216	1.108

Ativos Ponderados de Risco de Operacional ( $RWA_{OPAD}$ )

As Circulares BACEN 3.640, 3.675 e 3.739 estabelecem os critérios de apuração da parcela de ativos ponderados pelo risco relativa ao cálculo de capital requerido para risco operacional ( $RWA_{OPAD}$ ). De acordo com a regulação vigente, o valor da exposição  $RWA_{OPAD}$  é calculado semestralmente, com informações relativas as datas-bases 30 de junho e 31 de dezembro.

A seguir, a abertura dos ativos ponderados de risco operacional:

Abertura dos ativos ponderados de Risco de Operacional ( $RWA_{OPAD}$ )

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
Ativos Ponderados de Risco de Operacional ( $RWA_{OPAD}$ )	35.509	35.509	36.566
Varejo	6.946	6.946	6.897
Comercial	16.653	16.653	12.502
Finanças Corporativas	1.370	1.370	1.127
Negociação e Vendas	2.581	2.581	9.430
Pagamentos e Liquidações	3.070	3.070	2.785
Serviços de Agente Financeiro	2.756	2.756	1.814
Administração de Ativos	2.132	2.132	1.993
Corretagem de Varejo	1	1	19

## 2.5 Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, através do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório para os riscos de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo Índice de Basileia, de Capital Principal, de Nível I e de Nível II.

Em 30 de junho de 2015, o PR alcançou R\$ 126.424 milhões, sendo R\$ 97.008 milhões referentes a Nível I e R\$ 29.416 milhões referentes a Nível II.

### Composição do Patrimônio de Referência

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
<b>Nível I</b>	<b>97.008</b>	<b>91.501</b>	<b>86.478</b>
Capital Principal	96.959	91.451	86.465
Capital Complementar	49	50	13
<b>Nível II</b>	<b>29.416</b>	<b>29.402</b>	<b>33.556</b>
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>126.424</b>	<b>120.903</b>	<b>120.034</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>81.003</b>	<b>86.773</b>	<b>82.435</b>
<b>Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>45.421</b>	<b>34.130</b>	<b>37.599</b>

O Índice de Basileia atingiu 17,2% em 30 de junho de 2015, com aumento de 1,9 ponto percentual em relação a 31 de março de 2015. Esse crescimento se deu pela redução de 6,6% da exposição total ponderada pelo risco (RWA) e pelo aumento de 4,6% do Patrimônio de Referência no período, principalmente em função da geração de resultados e da redução do saldo de crédito tributário de prejuízo fiscal.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR Ajustado, fixado pelo BACEN.

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização.

### Índices de Basileia e Imobilização

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
<b>Índice de Basileia</b>	<b>17,2%</b>	<b>15,3%</b>	<b>16,0%</b>
Nível I	13,2%	11,6%	11,5%
Capital Principal	13,2%	11,6%	11,5%
Capital Complementar	0,0%	0,0%	0,0%
Nível II	4,0%	3,7%	4,5%
<b>Índice de Imobilização</b>	<b>30,1%</b>	<b>47,5%</b>	<b>48,4%</b>
Folga de Imobilização	25.153	3.054	1.911

A fim de avaliar a adequação do seu capital o Itaú Unibanco dispõe de um processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP).

A primeira etapa do ICAAP consiste na identificação e na análise da materialidade dos riscos aos quais a instituição está exposta. Para tanto, o processo de identificação dos riscos materiais para o Itaú Unibanco ocorre conforme a seguir: (i) mapeamento de todo e qualquer risco que possa existir dentro da instituição, dada a sua complexidade, os seus modelos de negócio e o ambiente socioeconômico no qual está inserida; e (ii) análise da materialidade, dado o mapeamento inicial, dos riscos identificados através de abordagem estruturada e critérios transparentes de avaliação.

Uma vez identificados os riscos materiais, a próxima etapa consiste na avaliação individual da necessidade de capital adicional para fazer face ao risco. Para os riscos cuja necessidade de capital é concluída, são desenvolvidas metodologias internas de quantificação do capital necessário para resguardar a instituição de perdas inesperadas decorrentes de sua materialização. Já para os riscos que têm algum requerimento de capital regulatório (risco de crédito, risco de mercado da carteira de negociação e risco operacional) são feitas, através de metodologias internas, análises da adequação do nível de capital requerido a fim de averiguar se os níveis de capital requeridos regulatoriamente são suficientes para cobrir as exposições do Itaú Unibanco.

De maneira a garantir que a instituição tenha um nível de capitalização adequado e sustentável dados (i) os riscos materiais identificados anteriormente, (ii) sua estratégia de negócios e (iii) o contexto econômico em que atua, o Itaú Unibanco conta, ainda no âmbito do ICAAP, com um processo de planejamento de capital. Neste processo, são realizadas projeções de

capital do conglomerado, tanto em cenários de normalidade quanto em estresse, visando a suportar a Alta Administração e o Conselho de Administração no gerenciamento de capital.

O Itaú Unibanco possui, ainda, um plano de contingência de capital para casos em que as fontes de capital se revelem inviáveis ou insuficientes, ou para casos de ocorrência de fatos não previstos que possam afetar a adequação de capital da instituição. O plano de contingência de capital contempla um conjunto de ações que permitem ao Itaú Unibanco aumentar seus níveis de capitalização, caso necessário.

Por fim, como conclusão de todas as etapas citadas, é avaliada a adequação do capital disponível na instituição, comparando-o com o capital total necessário para fazer face aos riscos materiais, obtido através das metodologias internas. Este processo é realizado anualmente e resulta em um relatório, submetido ao BACEN.

O resultado do último ICAAP realizado, com data-base dezembro de 2014, apontou que o Itaú Unibanco dispõe não somente de capital para fazer face a todos os riscos materiais, mas também de folga de capital em patamares elevados, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

### 3 Balanço Patrimonial

#### Balanço Patrimonial

A seguir, o comparativo balanço patrimonial do Itaú Unibanco entre as versões das Demonstrações Contábeis Completas do Itaú Unibanco e de suas controladas (Consolidado Publicação) e a do Conglomerado Prudencial. As informações apresentadas no Conglomerado Prudencial são suficientemente detalhadas de forma que os elementos patrimoniais divulgados no Anexo I são identificados na última coluna da tabela a seguir.

#### Balanço Patrimonial Consolidado - Ativo

R\$ milhões

Data Base Jun/15	Publicação	Diferenças <sup>1</sup>	Prudencial	Ref. Anexo I
<b>ATIVO</b>	<b>30/06/2015</b>			
<b>Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.210.691</b>	<b>(136.474)</b>	<b>1.074.217</b>	
Disponibilidades	18.005	(207)	17.798	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	192.433	(3.867)	188.566	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	334.727	(122.339)	212.388	
Relações Interfinanceiras	64.503	-	64.503	
Relações Interdependências	148	-	148	
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	429.332	(3.708)	425.624	
<b>Outros Créditos</b>	<b>167.559</b>	<b>(5.214)</b>	<b>162.345</b>	
Créditos Tributários e Ativos Atuariais	-	-	17.095	
- Créditos Tributários de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CS	-	-	7.461	(b)
- Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias	-	-	9.370	(c)
- Ativos Atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido	-	-	264	(d)
Outros	-	-	145.250	
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>3.984</b>	<b>(1.139)</b>	<b>2.845</b>	
<b>Permanente</b>	<b>19.819</b>	<b>23.886</b>	<b>43.705</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>3.610</b>	<b>18.389</b>	<b>21.999</b>	
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	381	(e)
Participações em Empresas Assemelhadas e Seguradoras	-	-	9.463	(f)
Participação em Instituições Financeiras	-	-	663	(a)
Outros	-	-	11.492	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>7.379</b>	<b>(602)</b>	<b>6.777</b>	
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	33	(g)
Outras	-	-	6.744	
<b>Ágio</b>	<b>213</b>	<b>(212)</b>	<b>1</b>	
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	1	(e)
<b>Intangível</b>	<b>8.618</b>	<b>6.310</b>	<b>14.928</b>	
Direitos Por Aquisição Folha de Pagamento	1.053	-	1.053	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	167	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	886	(f)
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>10.390</b>	<b>10.843</b>	<b>21.233</b>	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	3.883	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	3.921	(i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	12.828	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	385	(g)
Outros	-	-	216	
<b>(Amortização Acumulada)</b>	<b>(2.825)</b>	<b>(4.533)</b>	<b>(7.358)</b>	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	(572)	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	(1.650)	(i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	(4.819)	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	(317)	(g)
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.230.510</b>	<b>(112.588)</b>	<b>1.117.922</b>	

<sup>1</sup> Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

### Balanço Patrimonial Consolidado - Passivo

R\$ milhões

Data Base Jun/15	Publicação	Diferenças <sup>1</sup>	Prudencial	Ref. Anexo I
<b>PASSIVO</b>	<b>30/06/2015</b>			
<b>Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>1.126.530</b>	<b>(115.988)</b>	<b>1.010.542</b>	
<b>Depósitos</b>	<b>280.443</b>	<b>4.567</b>	<b>285.010</b>	
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>305.300</b>	<b>2.161</b>	<b>307.461</b>	
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>52.175</b>	<b>8</b>	<b>52.183</b>	
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>5.185</b>	<b>-</b>	<b>5.185</b>	
<b>Relações Interdependências</b>	<b>5.263</b>	<b>2</b>	<b>5.265</b>	
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>92.138</b>	<b>(30)</b>	<b>92.108</b>	
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>23.912</b>	<b>126</b>	<b>24.038</b>	
<b>Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização</b>	<b>121.652</b>	<b>(121.652)</b>	<b>-</b>	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>240.461</b>	<b>(1.169)</b>	<b>239.292</b>	
Fiscais e Previdenciárias	12.684	(1.849)	10.835	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	-	-	4.499	(b)/(c)
Provisões atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido	-	-	149	(d)
Outras	-	-	6.187	
<b>Outras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>228.457</b>	
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	<b>1.499</b>	<b>(7)</b>	<b>1.492</b>	
<b>Participações Minoritárias nas Subsidiárias</b>	<b>1.770</b>	<b>(885)</b>	<b>885</b>	
Participação de Não Controladores	-	-	885	(j)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>100.711</b>	<b>4.292</b>	<b>105.003</b>	
<b>Capital Social</b>	<b>85.148</b>	<b>-</b>	<b>85.148</b>	
<b>Instrumentos Elegíveis</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>85.148</b>	(k)
<b>Reservas de Capital</b>	<b>1.331</b>	<b>-</b>	<b>1.331</b>	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	1.331	(m)
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>16.640</b>	<b>3.541</b>	<b>20.181</b>	
Reservas de Lucros	-	-	20.181	(l)
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(66)</b>	<b>751</b>	<b>685</b>	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	685	(m)
<b>(Ações em Tesouraria)</b>	<b>(2.342)</b>	<b>-</b>	<b>(2.342)</b>	
Ações ou Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-	(2.342)	(n)
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.230.510</b>	<b>(112.588)</b>	<b>1.117.922</b>	

<sup>1</sup> Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

## Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo é apresentada a lista das instituições que são consolidadas para fins de apresentação do Consolidado Publicação. As instituições que, além de compor o Consolidado Publicação, também compõem o Conglomerado Prudencial, estão identificadas a seguir.

### Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

	Instituições
Aco Ltda.	Itaú Administradora de Consórcios Ltda. <sup>(1)</sup>
Afinco Américas Madeira, Sggs, Sociedade Unipessoal, Ltda.	Itaú Asia Securities Ltd. <sup>(1)</sup>
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Referenciado DI <sup>(1)</sup>	Itaú Asset Management S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión
Albarus S.A.	Itaú Bahamas Directors Ltd.
Banco Del Paraná S.A.	Itaú Bahamas Nominees Ltd.
Banco Investcred Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú (Suisse) S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú Bank & Trust Cayman Ltd. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú Argentina S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú Bank, Ltd. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú BBA S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera <sup>(1)</sup>
Banco Itaú BMG Consignado S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Corredor de Bolsa Ltda. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú Chile S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA International (Cayman) Ltd. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú Internacional <sup>(1)</sup>	Itaú BBA International Plc <sup>(1)</sup>
Banco Itaú Paraguay S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA México, Casa de Bolsa, S.A. de C.V. <sup>(1)(2)</sup>
Banco Itaú Uruguay S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA México, S.A. de C.V.
Banco Itaú Veículos S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Participações S.A.
Banco Itaubank S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Sas
Banco Itaucard S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Trading S.A.
Banco Itauleasing S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Uk Securities Limited <sup>(1)</sup>
BFB Rent Administração e Locação Ltda.	Itaú BBA Usa Securities Inc. <sup>(1)</sup>
Bicsa Holding Ltd.	Itaú BMG Corretora de Seguros Ltda.
Bie Cayman Ltd.	Itaú BMG Gestão de Vendas Ltda.
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Itaú BMG Participação Ltda.
Cia. Itaú de Capitalização	Itaú BMG Seguradora S.A.
Credicard Promotora de Vendas Ltda.	Itaú Cayman Directors Ltd.
Ctbn Fundo de Investimento Imobiliário - Fii <sup>(1)</sup>	Itaú Cayman Nominees Ltd.
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil <sup>(1)</sup>	Itaú Chile Administradora General de Fondos S.A.
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Itaú Chile Compañia De Seguros de Vida S.A.
Facilita Promotora Ltda.	Itaú Chile Corredora de Seguros Ltda.
Fic Promotora de Vendas Ltda.	Itaú Chile Holdings, Inc.
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financ. e Investimento <sup>(1)</sup>	Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.
Fundo Fortaleza Investimento Imobiliário <sup>(1)</sup>	Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros <sup>(1)</sup>
Garnet Corporation	Itaú Corretora de Valores S.A. <sup>(1)</sup>
Hipercard Banco Múltiplo S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. <sup>(1)</sup>
Icarros Ltda.	Itaú EU Lux-Itaú Latin America Equity Fund <sup>(1)</sup>
Iga Participações S.A.	Itaú EU Lux-Itaú Brazil Equity Fund <sup>(1)</sup>
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. <sup>(1)</sup>	Itaú Europa Luxembourg S.A.
Intrag-Part Administração e Participações Ltda.	Itaú Global Asset Management Limited
Investcard Referenciado DI - Fundo de Investimentos Cotas FI <sup>(1)</sup>	Itaú Institucional Curto Prazo - Fundo de Investimento
Investimentos Bemge S.A.	Itaú International Investment LLC
Ipi - Itaúsa Portugal Investimentos, Sggs Ltda.	Itaú International Securities Inc. <sup>(1)</sup>
Itaú Administração Previdenciária Ltda.	Itaú Japan Asset Management Limited

(1) Instituições que compõem o Consolidado Prudencial

(2) Nova denominação da empresa Itaú BBA México, Casa de Bolsa, S.A.



## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

### Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Instituições	
Itaú Kinea Private Equity MM FICFI CP <sup>(1)</sup>	Maxipago Serviços de Internet S.A.
Itaú Middle East Limited	MCC Asesorías Limitada
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	MCC Securities Inc <sup>(1)</sup>
Itaú Seguros S.A.	MCC S.A. Corredores de Bolsa <sup>(1)(2)</sup>
Itaú Singapore Securities Pte. Ltd. <sup>(2)</sup>	Megabônus Negócios de Varejo Ltda.
Itaú Uk Asset Management Limited	Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor <sup>(1)</sup>
Itaú Unibanco Holding Cayman Branch <sup>(1)</sup>	Mundostar S.A.
Itaú Unibanco Holding S.A. <sup>(1)</sup>	Nevada Woods S.A.
Itaú Unibanco S.A. Cayman Branch <sup>(1)</sup>	Oca S.A. <sup>(1)</sup>
Itaú Unibanco S.A. New York Branch <sup>(1)</sup>	Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior <sup>(1)</sup>
Itaú Unibanco S.A. Tokyo Branch <sup>(2)</sup>	Portonovo Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros <sup>(1)</sup>
Itaú Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	Pró-Imóvel Promotora Ltda.
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch <sup>(1)</sup>	Proserv - Promociones y Servicios S.A. de Capital Variable
Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda.	Provar Negócios de Varejo Ltda.
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda. <sup>(1)</sup>	Proyek Fip <sup>(1)</sup>
Itaú Usa Asset Management Inc.	Razac Fundo de Investimento em Participações <sup>(1)</sup>
Itaú Usa Inc.	Recuperadora de Creditos Ltda.
Itaú Valores S.A. <sup>(1)</sup>	Redecard S.A. <sup>(1)</sup>
Itaú Vida E Previdência S.A.	Rt Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa
Itauprev Retirement Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Rt Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa
Itaúsa Europa Investimentos, Sgps, Lda.	Rt Defiant Multimercado - Fundo de Investimento
Itaúsa Portugal - Soc. Gestora de Partic. Sociais, S.A.	Rt Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Itauseg Participações S.A.	Rt Enterprise Curto Prazo - Fundo de Investimento <sup>(1)</sup>
Itauseg Saúde S.A.	Rt Excelsior Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Itauvest Distribuidora de Títulos e Val. Mobiliários S.A. <sup>(1)</sup>	Rt Itaú Dj Títulos Públicos Fundo de Investimento Referenciado DI <sup>(1)</sup>
Itb Holding Brasil Participações Ltda.	Rt Nation Renda Fixa Fundo de Investimento
Itb Holding Ltd. <sup>(1)</sup>	Rt Union Renda Fixa Fundo de Investimento
Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.C.I.	Rt Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento
Iucor Corretora de Seguros Ltda.	Rt Voyager Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento <sup>(1)</sup>
Jasper International Investment LLC	Topaz Holding Ltd.
Karen International Limited	Trishop Promoção e Serviços Ltda.
Kinea Dinâmico Master Long Biased Fundo de Investimento Em Ações <sup>(1)</sup>	Tulipa S.A.
Kinea I Pipe Fundo de Investimento em Ações <sup>(1)</sup>	Ubt Finance S.A.
Kinea I Private Equity Fip <sup>(1)</sup>	Unibanco Empreendimentos Ltda.
Kinea I Total Return Equity - Fundo de Investimento Em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado <sup>(1)</sup>	Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.
Kinea II Macro Fundo de Investimento Multimercado <sup>(1)</sup>	Uni-Investment International Corp. <sup>(1)</sup>
Kinea Investimentos Ltda.	Unión Capital Afap S.A.
LCPAR Holding Ltda.	Universo Fundo de Investimento em Participacoes <sup>(1)</sup>
Licania Fund Limited <sup>(1)</sup>	
Luizacred S.A. Soc. de Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(1)</sup>	
Marcep Corretagem de Seguros S.A.	

(1) Instituições que compõem Consolidado Prudencial

(2) Nova denominação da empresa Munita, Cruzat Y Claro S.A. Corredores de Bolsa

## Lista das Instituições relevantes

O ativo total, patrimônio líquido e segmento de atuação das empresas consideradas relevantes, inclusive as sujeitas a ponderação de risco para fins de requerimento de capital, são apresentados a seguir:

### Empresas consideradas relevantes

R\$ milhões

	País	Segmento	30/06/2015		31/03/2015		30/06/2014	
			Ativo total	Pat. Líquido	Ativo total	Pat. Líquido	Ativo total	Pat. Líquido
Banco Credicard S.A. <sup>(1) (2)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	-	-	-	-	8.309	1.146
Banco Itaú Argentina S.A. <sup>(1)</sup>	Argentina	Instituição Financeira	5.797	706	6.209	703	4.309	445
Banco Itaú BBA S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	6.571	5.469	6.279	5.893	5.969	5.303
Banco Itaú BMG Consignado S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	46.070	2.213	46.971	2.151	20.606	1.087
Banco Itaú Chile <sup>(1)</sup>	Chile	Instituição Financeira	38.475	3.674	40.478	3.771	28.169	2.851
Banco Itaú Paraguay S.A. <sup>(1)</sup>	Paraguai	Instituição Financeira	10.700	1.357	11.042	1.397	6.840	926
Banco Itaú Suisse S.A. <sup>(1)</sup>	Suíça	Instituição Financeira	4.143	601	4.840	584	2.718	403
Banco Itaú Uruguay S.A. <sup>(1)</sup>	Uruguai	Instituição Financeira	13.074	1.108	13.475	1.094	8.594	750
Banco Itaucard S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	115.576	18.604	123.034	19.664	140.008	17.652
Banco Itauleasing S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	10.529	9.912	10.265	9.752	40.044	39.123
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	4.219	845	4.169	841	5.650	2.424
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil <sup>(1)</sup>	Brasil	Arrendamento Mercantil	147.176	3.428	150.805	3.197	168.160	24.574
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(1)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	3.851	1.052	3.796	978	3.615	855
HiperCard Banco Múltiplo S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	8.045	3.716	8.141	3.627	7.587	2.167
Itaú Bank, Ltd. <sup>(1)</sup>	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	23.532	2.916	28.137	2.913	21.091	1.782
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera <sup>(1)</sup>	Colômbia	Instituição Financeira	581	380	474	398	451	379
Itaú BBA International PLC <sup>(1)</sup>	Reino Unido	Instituição Financeira	20.880	3.103	22.105	3.184	13.459	2.139
Itaú BBA USA Securities Inc. <sup>(1)</sup>	Estados Unidos	Corretora de Valores	2.621	1.385	7.741	1.446	4.650	1.022
Itaú BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	206	75	207	74	189	68
Itaú Corretora de Valores S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	4.403	2.650	5.475	2.745	4.077	2.298
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	12.029	5.893	12.159	5.817	18.936	7.512
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(1) (2)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	-	-	-	-	4.130	3.615
Itaú Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	1.126.076	55.359	1.185.732	51.699	1.084.561	47.083
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	119.594	5.290	114.424	5.202	102.249	5.785
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento <sup>(1)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	4.459	584	4.476	561	4.264	553
Redecard S.A. - REDE <sup>(1)</sup>	Brasil	Adquirente	42.902	13.549	45.176	13.074	41.663	12.595

<sup>(1)</sup> Instituições que compõem o Consolidado Prudencial

<sup>(2)</sup> Empresa incorporada em 31/08/2014 pelo Banco Itaucard S.A.

<sup>(3)</sup> Empresa incorporada em 31/01/2015 pelo Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA Participações S.A.

## 4 Participações societárias

### 4.1 Participações Societárias não classificadas na carteira de negociação

As Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco e de suas Controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com as normas do CMN, BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando estas não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN.

As participações em outras empresas, exceto aquelas tratadas pelo valor patrimonial (método de equivalência patrimonial – MEP), quando representam intenção de permanência, são classificadas no Ativo Permanente e avaliadas pelo custo de aquisição (método de custo). Os investimentos avaliados pelo método de custo são mantidos pelo seu valor histórico, ou seja, por quanto a empresa pagou para adquiri-los. Os lucros ou prejuízos apurados pela sociedade investida não são contabilizados na sociedade investidora, exceto relacionado aos dividendos decorrentes dos lucros obtidos, quando são distribuídos.

As participações em outras empresas quando não representam intenção de permanência, são classificadas em Títulos e Valores Mobiliários e, de acordo com a designação definida em conformidade com as estratégias da Administração, são reconhecidas pelo seu valor justo, em outros resultados abrangentes.

Em observância às características qualitativas de informações financeiras úteis, o Itaú Unibanco aplica suas políticas, substancialmente, de forma sistemática, garantido assim, a consistência e a comparabilidade das suas informações, excetuando-se quando determinado por órgãos reguladores, através de alteração normativa.

No 1º semestre de 2015, não ocorreram alterações significativas em políticas relacionadas a participações societárias.

Para maiores informações sobre as políticas contábeis do Itaú Unibanco, consultar a Nota 4 – Resumo das Principais Práticas Contábeis, das Demonstrações Contábeis Consolidadas que pode ser visualizada no site [www.itaú-unibanco.com.br/ri](http://www.itaú-unibanco.com.br/ri).

Abaixo, o valor referente às participações societárias não classificadas na carteira de negociação que compreende os investimentos registrados no ativo permanente, à exceção dos investimentos tratados pelo método de equivalência patrimonial, e os investimentos em ações, classificados em Títulos e Valores Mobiliários não classificados na carteira de negociação.

#### Participações Societárias Não Classificadas na Carteira de Negociação

	Prudencial		Operacional	<i>R\$ milhões</i>
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014	
<b>Valor contábil</b>	<b>1.178</b>	<b>856</b>	<b>677</b>	
Capital Aberto	416	103	62	
Capital Fechado	763	753	615	
<b>Valor justo</b>	<b>1.332</b>	<b>967</b>	<b>808</b>	
Capital Aberto	537	206	186	
Capital Fechado	795	761	622	
<b>Ganhos ou Perdas decorrentes de Participações Societárias</b>	<b>0</b>	<b>(0)</b>	<b>(2)</b>	
Ganhos ou Perdas reconhecidos e não realizados	(235)	(250)	(220)	
Ganhos ou Perdas não reconhecidos e não realizados	154	108	131	

O capital requerido para participações societárias não classificadas na carteira de negociação segundo os critérios descritos no parágrafo acima foi de R\$ 121 milhões no segundo trimestre de 2015.

### 5 Risco de Crédito

#### 5.1 Estrutura e Tratamento

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

O Itaú Unibanco conta com uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, concentrações de carteira e os impactos de mudanças potenciais no ambiente econômico. É feito o monitoramento contínuo da carteira da instituição e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e legislação em vigor em cada país.

A gestão do risco de crédito do Itaú Unibanco é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. Dentre as principais atribuições das Unidades de Negócio tem-se:

- Acompanhar e monitorar as carteiras sob suas responsabilidades;
- Conceder crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, as mudanças em mercados e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica; e
- Gerir o risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O Itaú Unibanco possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao Conselho de Administração ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco, que atuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando as ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação dos normativos institucionais referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente. Com relação aos processos de controle de risco de crédito, a área centralizada de controle de riscos possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Monitorar e controlar o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração;
- Realizar o controle centralizado do risco de crédito, segregado das unidades de negociação;
- Gerenciar o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias;
- Avaliar o risco de crédito das operações nas alçadas delegadas pelas comissões de crédito.

O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao Itaú Unibanco identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do Itaú Unibanco garante a sincronização das ações de crédito.

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são

continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Adicionalmente, a avaliação do risco tanto nos segmentos de varejo quanto no segmento de atacado incorporam o endividamento do cliente no Itaú e no mercado.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo Itaú Unibanco de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

O Itaú Unibanco controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco país seja gerido e controlado destacando-se: (i) governança de risco país, (ii) definição de *ratings* para países, (iii) definição de limite para países, (iv) monitoramento dos limites e (v) tratamento de desenquadramentos.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 3.721 , o Itaú Unibanco possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/rj](http://www.itaunibanco.com.br/rj), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito.

## 5.2 Análise da Carteira de Crédito

## Evolução da Carteira de Crédito

As informações apresentadas nas tabelas seguintes permitem a análise da carteira de crédito e seu comportamento sob diversas óticas: operações com características de concessão de crédito segregadas por país, por região geográfica, por setor econômico e por tipo de produto, prazo a decorrer das operações, concentração da carteira de crédito nos maiores devedores, além do montante das operações em atraso e montante das provisões.

## Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil

Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> no Brasil: Exposição

R\$ milhões

	Prudencial							
	30/06/2015							31/03/2015
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil	
<b>Pessoa Física</b>	<b>125.667</b>	<b>22.252</b>	<b>8.083</b>	<b>30.666</b>	<b>13.444</b>	<b>200.112</b>	<b>199.287</b>	
Crédito Rural	171	29	-	1	7	208	228	
Imobiliário	26.316	2.105	326	1.358	1.449	31.554	29.963	
Consignado	24.416	5.350	3.799	8.696	3.925	46.186	45.514	
Veículos e Arrendamento Mercantil	12.922	3.586	1.039	2.750	2.306	22.603	24.937	
Cartão de Crédito	38.481	7.830	2.313	15.966	3.815	68.405	67.788	
Avais e Fianças	562	35	2	11	52	662	703	
Crédito Pessoal (Outros)	22.799	3.317	604	1.884	1.890	30.494	30.154	
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>249.397</b>	<b>21.071</b>	<b>2.287</b>	<b>9.578</b>	<b>5.880</b>	<b>288.213</b>	<b>299.204</b>	
Crédito Rural	3.947	3.003	18	220	446	7.634	7.883	
Investimento	60.802	7.234	1.033	4.127	2.379	75.575	79.159	
Importação e Exportação	21.967	1.277	186	573	232	24.235	26.777	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	90.776	8.652	976	4.260	2.554	107.218	109.185	
Avais e Fianças	69.893	459	28	195	111	70.686	73.488	
Outros	2.012	446	46	203	158	2.865	2.712	
<b>Total</b>	<b>375.064</b>	<b>43.323</b>	<b>10.370</b>	<b>40.244</b>	<b>19.324</b>	<b>488.325</b>	<b>498.491</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidososOperações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> por País: Exposição

R\$ milhões

	Prudencial											
	30/06/2015										31/03/2015	
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total	Total
<b>Pessoa Física</b>	<b>200.112</b>	<b>1.373</b>	<b>16.043</b>	-	-	<b>2.580</b>	-	-	<b>1.966</b>	-	<b>222.074</b>	<b>222.145</b>
Crédito Rural	208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	208	228
Imobiliário	31.554	2	8.435	-	-	155	-	-	205	-	40.351	38.946
Consignado	46.186	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.186	45.514
Veículos e Arrendamento Mercantil	22.603	-	-	-	-	151	-	-	-	-	22.754	25.110
Cartão de Crédito	68.405	995	1.227	-	-	758	-	-	1.233	-	72.618	72.252
Avais e Fianças	662	-	81	-	-	-	-	-	9	-	752	796
Crédito Pessoal (Outros)	30.494	376	6.300	-	-	1.516	-	-	519	-	39.205	39.299
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>288.213</b>	<b>2.919</b>	<b>20.180</b>	<b>379</b>	<b>3.241</b>	<b>3.671</b>	<b>10.289</b>	<b>2.056</b>	<b>4.463</b>	<b>75</b>	<b>335.486</b>	<b>348.773</b>
Crédito Rural	7.634	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.634	7.883
Investimento	75.575	3	2.192	-	-	9	28	-	80	-	77.887	81.536
Importação e Exportação	24.235	229	360	-	3.018	-	3.199	2.002	-	-	33.043	35.446
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	107.218	2.441	15.554	379	-	3.480	6.915	-	4.171	47	140.205	144.714
Avais e Fianças	70.686	246	2.074	-	223	181	147	54	212	28	73.851	76.481
Outros	2.865	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2.866	2.713
<b>Total</b>	<b>488.325</b>	<b>4.292</b>	<b>36.223</b>	<b>379</b>	<b>3.241</b>	<b>6.251</b>	<b>10.289</b>	<b>2.056</b>	<b>6.429</b>	<b>75</b>	<b>557.560</b>	<b>570.918</b>

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidososOperações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> no Brasil: Exposição Média no Trimestre

R\$ milhões

	Prudencial							
	30/06/2015							31/03/2015
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil	
<b>Pessoa Física</b>	<b>125.209</b>	<b>22.225</b>	<b>8.099</b>	<b>30.662</b>	<b>13.505</b>	<b>199.700</b>	<b>198.561</b>	
Crédito Rural	180	29	-	1	8	218	231	
Imobiliário	25.665	2.048	309	1.326	1.410	30.758	29.278	
Consignado	24.184	5.311	3.781	8.618	3.956	45.850	43.473	
Veículos e Arrendamento Mercantil	13.624	3.757	1.093	2.877	2.419	23.770	26.074	
Cartão de Crédito	38.256	7.767	2.316	15.964	3.794	68.097	68.914	
Avais e Fianças	579	36	3	12	53	683	748	
Crédito Pessoal (Outros)	22.721	3.277	597	1.864	1.865	30.324	29.843	
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>254.305</b>	<b>21.448</b>	<b>2.330</b>	<b>9.643</b>	<b>5.982</b>	<b>293.708</b>	<b>298.234</b>	
Crédito Rural	4.050	3.046	16	218	428	7.758	7.985	
Investimento	62.033	7.509	1.082	4.260	2.483	77.367	79.719	
Importação e Exportação	23.351	1.243	186	497	229	25.506	25.779	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	91.612	8.767	972	4.273	2.577	108.201	109.467	
Avais e Fianças	71.267	478	29	199	114	72.087	72.560	
Outros	1.992	405	45	196	151	2.789	2.724	
<b>Total</b>	<b>379.514</b>	<b>43.673</b>	<b>10.429</b>	<b>40.305</b>	<b>19.487</b>	<b>493.408</b>	<b>496.795</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> por País: Exposição Média no Trimestre

R\$ milhões

	Prudencial											31/03/2015	
	30/06/2015												
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total		
<b>Pessoa Física</b>	199.700	1.394	16.254	-	-	2.739	-	-	-	2.023	-	222.110	218.229
Crédito Rural	218	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	218	231
Imobiliário	30.758	2	8.524	-	-	159	-	-	206	-	-	39.649	37.511
Consignado	45.850	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.850	43.473
Veículos e Arrendamento Mercantil	23.770	-	-	-	-	162	-	-	-	-	-	23.932	26.236
Cartão de Crédito	68.097	1.006	1.259	-	-	804	-	-	1.269	-	-	72.435	72.889
Avais e Fianças	683	-	82	-	-	-	-	-	9	-	-	774	832
Crédito Pessoal (Outros)	30.324	386	6.389	-	-	1.614	-	-	539	-	-	39.252	37.057
<b>Pessoa Jurídica</b>	283.708	3.053	20.733	373	3.290	3.842	10.348	2.128	4.578	77	342.130	346.104	
Crédito Rural	7.758	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.758	7.985
Investimento	77.367	3	2.219	-	-	10	28	-	84	-	-	79.711	81.940
Importação e Exportação	25.506	236	370	-	3.059	-	3.004	2.070	-	-	-	34.245	33.558
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	108.201	2.646	16.093	373	-	3.691	7.118	-	4.290	48	142.460	144.512	
Avais e Fianças	72.087	168	2.051	-	231	140	198	58	204	29	75.166	75.384	
Outros	2.789	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2.790	2.725
<b>Total</b>	<b>493.408</b>	<b>4.447</b>	<b>36.987</b>	<b>373</b>	<b>3.290</b>	<b>6.581</b>	<b>10.348</b>	<b>2.128</b>	<b>6.601</b>	<b>77</b>	<b>564.240</b>	<b>564.333</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos

### Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico

A composição da carteira de crédito por setor econômico é apresentada abaixo:

Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> - Exposição (Pessoa Física)

R\$ milhões

	Prudencial								31/03/2015
	30/06/2015								
	Crédito Rural	Imobiliário	Consignado	Veículos e Arrendamento Mercantil	Cartão de Crédito	Avais e Fianças	Crédito Pessoal (Outros)	Total Geral	
<b>Total Geral</b>	208	40.352	46.186	22.754	72.617	752	39.205	222.074	222.145

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos

Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> - Exposição (Pessoa Jurídica)

R\$ milhões

	Prudencial																31/03/2015
	30/06/2015																
	Crédito Rural		Investimento		Importação e exportação		Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida		Avais e Fianças		Outros		Total Geral		Total Geral		
Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%		
<b>Pessoa Jurídica</b>	-	0,0%	1.877	2,4%	95	0,3%	3.335	2,4%	1.476	2,0%	-	0,0%	6.783	2,0%	7.044	2,0%	
Setor Público	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	105	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	105	0,0%	154	0,0%	
ENERGIA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3.112	2,2%	1.398	1,9%	-	0,0%	6.303	1,9%	6.344	1,8%	
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	-	0,0%	84	0,1%	95	0,3%	118	0,1%	78	0,1%	-	0,0%	375	0,1%	456	0,1%	
DIVERSOS	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Setor Privado	7.634	100,0%	76.011	97,6%	32.948	99,7%	136.869	97,6%	72.375	98,0%	2.866	100,0%	328.703	98,0%	341.729	98,0%	
açúcar e Alcool	707	9,3%	5.873	7,5%	2.758	8,3%	935	0,7%	731	1,0%	114	4,0%	11.118	3,3%	11.412	3,3%	
AGRO E FERTILIZANTES	1.627	21,3%	2.185	2,8%	4.233	12,8%	5.480	3,9%	1.838	2,5%	48	1,7%	15.411	4,6%	16.932	4,9%	
ALIMENTOS E BEBIDAS	1.070	14,0%	3.829	4,9%	1.665	5,0%	5.118	3,7%	8.149	11,0%	79	2,8%	19.910	5,9%	20.623	5,9%	
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	530	6,9%	312	0,4%	3	0,0%	5.918	4,2%	4.091	5,5%	7	0,2%	10.861	3,2%	11.195	3,2%	
BENS DE CAPITAL	134	1,8%	3.319	4,3%	1.089	3,3%	3.133	2,2%	2.328	3,2%	93	3,2%	10.096	3,0%	10.782	3,1%	
CELULOSE E PAPEL	97	1,3%	858	1,1%	1.148	3,5%	788	0,6%	353	0,5%	11	0,4%	3.255	1,0%	3.352	1,0%	
ELETRÔNICOS & TI	1	0,0%	737	0,9%	295	0,9%	3.055	2,2%	2.614	3,5%	103	3,6%	6.805	2,0%	6.837	2,0%	
EMBALAGENS	-	0,0%	562	0,7%	477	1,4%	1.338	1,0%	551	0,7%	95	3,3%	3.023	0,9%	3.056	0,9%	
ENERGIA & SANEAMENTO	-	0,0%	3.868	5,0%	41	0,1%	3.198	2,3%	5.814	7,9%	2	0,1%	12.923	3,9%	12.972	3,7%	
ENSINO	7	0,1%	247	0,3%	1	0,0%	1.274	0,9%	782	1,1%	31	1,1%	2.342	0,7%	2.343	0,7%	
FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	-	0,0%	445	0,6%	389	1,2%	3.527	2,5%	2.718	3,7%	86	3,0%	7.165	2,1%	7.328	2,1%	
IMOBILIÁRIO	14	0,2%	16.439	21,3%	38	0,1%	7.406	5,3%	1.576	2,1%	139	4,8%	25.612	7,6%	25.351	7,3%	
LAZER & TURISMO	2	0,0%	475	0,6%	33	0,1%	3.296	2,4%	437	0,6%	137	4,8%	4.380	1,3%	4.368	1,3%	
MADEIRA & MÓVEIS	44	0,6%	745	1,0%	316	1,0%	1.677	1,2%	161	0,2%	78	2,7%	3.021	0,9%	3.217	0,9%	
MAT CONSTRUÇÃO	1	0,0%	1.815	2,3%	495	1,5%	3.417	2,4%	1.798	2,4%	86	3,0%	7.612	2,3%	7.821	2,2%	
METALURGIA/SIDERURGIA	40	0,5%	2.763	3,5%	1.966	5,9%	5.747	4,1%	2.356	3,2%	185	6,5%	13.057	3,9%	13.143	3,8%	
MÍDIA	-	0,0%	690	0,9%	66	0,2%	411	0,3%	576	0,8%	16	0,6%	1.759	0,5%	2.118	0,6%	
MINERAÇÃO	-	0,0%	1.007	1,3%	657	2,0%	2.727	1,9%	3.095	4,2%	14	0,5%	7.500	2,2%	8.398	2,4%	
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	-	0,0%	1.332	1,7%	903	2,7%	1.984	1,4%	1.997	2,7%	93	3,2%	6.309	1,9%	6.816	2,0%	
PETRÓLEO & GÁS <sup>(2)</sup>	11	0,1%	636	0,8%	442	1,3%	3.289	2,3%	1.485	2,0%	40	1,4%	5.903	1,8%	6.272	1,8%	
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	176	2,3%	1.447	1,9%	1.653	5,0%	3.347	2,4%	2.450	3,3%	181	6,3%	9.254	2,8%	10.069	2,9%	
SAÚDE	-	0,0%	680	0,9%	44	0,1%	1.527	1,1%	519	0,7%	27	0,9%	2.797	0,8%	2.763	0,8%	
SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	-	0,0%	-	-	-	0,0%	3	0,0%	93	0,1%	-	0,0%	96	0,0%	107	0,0%	
TELECOMUNICAÇÕES	-	0,0%	627	0,8%	-	0,0%	699	0,5%	8.125	11,0%	6	0,2%	9.457	2,8%	10.516	3,0%	
VESTUÁRIO & CALÇADOS	92	1,2%	983	1,3%	722	2,2%	3.069	2,2%	506	0,7%	106	3,7%	5.478	1,6%	5.554	1,6%	
TRADINGS	44	0,6%	183	0,2%	609	1,8%	941	0,7%	469	0,6%	21	0,7%	2.267	0,7%	2.264	0,6%	
TRANSPORTES	8	0,1%	9.432	12,1%	879	2,7%	4.782	3,4%	2.305	3,1%	192	6,7%	17.598	5,2%	18.635	5,3%	
UTILIDADES DOMÉSTICAS	-	0,0%	168	0,2%	188	0,6%	1.937	1,4%	706	1,0%	17	0,6%	3.016	0,9%	2.997	0,9%	
VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	1	0,0%	5.831	7,5%	3.632	11,0%	6.748	4,8%	6.039	8,2%	152	5,3%	22.403	6,7%	23.031	6,6%	
TERCEIRO SETOR	-	0,0%	26	0,0%	-	0,0%	3.637	2,6%	35	0,0%	2	0,1%	3.700	1,1%	3.600	1,0%	
EDITORIAL E GRÁFICO	-	0,0%	166	0,2%	40	0,1%	760	0,5%	227	0,3%	59	2,1%	1.252	0,4%	1.291	0,4%	
COMÉRCIO - DIVERSOS	4	0,1%	1.307	1,7%	612	1,9%	12.388	8,8%	2.771	3,8%	314	11,0%	17.396	5,2%	17.750	5,1%	
INDÚSTRIA - DIVERSOS	11	0,1%	125	0,2%	4.452	13,5%	3.881	2,8%	237	0,3%	8	0,3%	8.714	2,6%	9.251	2,7%	
SERVIÇOS - DIVERSOS	74	1,0%	2.590	3,3%	2.486	7,5%	20.157	14,4%	2.354	3,2%	273	9,5%	27.934	8,3%	29.745	8,5%	
DIVERSOS	2.939	38,5%	4.309	5,5%	616	1,9%	9.275	6,6%	2.089	2,8%	51	1,8%	19.279	5,7%	19.820	5,7%	
<b>Total Geral</b>	<b>7.634</b>	<b>100,0%</b>	<b>77.888</b>	<b>100,0%</b>	<b>33.043</b>	<b>100,0%</b>	<b>140.204</b>	<b>100,0%</b>	<b>73.851</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.866</b>	<b>100,0%</b>	<b>335.486</b>	<b>100,0%</b>	<b>348.773</b>	<b>100,0%</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos.

<sup>(2)</sup> Contempla comércio de combustível.

**Prazo a decorrer das operações**

A seguir, o prazo a decorrer das operações de risco de crédito detalhado pelos principais produtos:

Prazo a decorrer das operações <sup>(1)</sup>

R\$ milhões

	Prudencial								Operacional			
	30/06/2015				31/03/2015				30/06/2014			
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos
<b>Pessoa Física</b>	<b>59.924</b>	<b>5.391</b>	<b>59.856</b>	<b>63.125</b>	<b>60.606</b>	<b>5.786</b>	<b>64.247</b>	<b>58.623</b>	<b>61.401</b>	<b>5.681</b>	<b>71.727</b>	<b>33.753</b>
Crédito Rural	91	13	90	11	73	45	94	12	67	16	96	20
Imobiliário	302	35	864	39.132	327	22	865	37.712	366	49	776	31.600
Consignado	258	747	23.129	22.077	254	713	25.209	19.377	299	513	27.368	1.138
Veículos e Arrendamento Mercantil	912	2.002	19.812	6	833	2.422	21.869	7	843	2.339	29.029	17
Cartão de crédito	51.360	-	-	-	51.694	-	-	-	51.765	-	-	-
Avais e Fianças	89	195	185	284	130	158	205	305	86	220	178	98
Crédito Pessoal (Outros)	6.912	2.399	15.776	1.615	7.295	2.426	16.005	1.210	7.975	2.544	14.280	880
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>76.332</b>	<b>31.972</b>	<b>114.240</b>	<b>87.637</b>	<b>82.443</b>	<b>33.526</b>	<b>116.382</b>	<b>93.538</b>	<b>77.262</b>	<b>29.572</b>	<b>111.697</b>	<b>79.301</b>
Crédito Rural	3.768	1.562	1.821	230	3.776	2.213	1.433	267	3.461	1.452	1.680	336
Investimento	4.728	7.585	39.437	17.927	4.251	7.256	42.992	17.994	4.426	5.431	42.341	17.163
Importação e Exportação	12.483	4.284	13.556	2.573	13.422	5.360	13.732	2.910	10.981	3.405	10.929	2.734
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	47.119	11.038	47.424	18.650	52.513	11.607	44.838	23.093	49.021	12.281	42.762	13.137
Avais e Fianças	8.157	7.357	9.744	47.877	8.325	6.949	11.348	48.895	9.094	6.667	11.768	45.762
Outros	77	146	2.258	380	156	141	2.039	379	279	336	2.217	169
<b>Total</b>	<b>136.256</b>	<b>37.363</b>	<b>174.096</b>	<b>150.762</b>	<b>143.049</b>	<b>39.312</b>	<b>180.629</b>	<b>152.161</b>	<b>138.663</b>	<b>35.253</b>	<b>183.424</b>	<b>113.054</b>

<sup>(1)</sup> Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura

**Concentração da Carteira de Crédito nos Maiores Devedores**

Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos <sup>(1)</sup>	Prudencial				Operacional	
	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira
	30/06/2015		31/03/2015		30/06/2014	
Maior Devedor	6.233	1,2%	6.094	1,1%	4.827	1,0%
10 Maiores Devedores	34.125	6,5%	35.185	6,5%	30.752	6,3%
20 Maiores Devedores	52.900	10,0%	55.535	10,2%	49.911	10,2%
50 Maiores Devedores	87.138	16,5%	90.945	16,7%	82.539	16,9%
100 Maiores Devedores	117.617	22,3%	123.307	22,7%	110.954	22,8%

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais e fianças. Não incluem compromissos de crédito.

Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários de Empresas e Instituições Financeiras <sup>(1)</sup>	Prudencial				Operacional	
	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira
	30/06/2015		31/03/2015		30/06/2014	
Maior Devedor	6.393	1,0%	6.244	1,0%	5.003	0,9%
10 Maiores Devedores	45.654	7,4%	45.367	7,1%	38.709	6,9%
20 Maiores Devedores	73.863	11,9%	75.807	11,8%	63.405	11,3%
50 Maiores Devedores	122.578	19,8%	128.732	20,1%	109.240	19,6%
100 Maiores Devedores	163.365	26,4%	173.826	27,1%	146.682	26,3%

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais e fianças. Não incluem compromissos de crédito.



## Operações em Atraso

A seguir, detalhamento do montante das operações em atraso:

## Montante das Operações em Atraso: Países e Regiões

R\$ milhões

	Prudencial									
	30/06/2015					31/03/2015				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Sudeste	6.324	2.015	4.727	4.225	601	5.996	2.155	3.737	4.233	702
Sul	1.134	422	661	807	50	1.102	324	683	781	90
Norte	291	100	192	254	11	332	92	224	216	14
Nordeste	908	381	812	940	33	930	335	703	999	53
Centro-Oeste	614	199	415	416	26	629	196	367	444	29
Brasil	9.271	3.117	6.807	6.642	721	8.989	3.102	5.714	6.673	888
Exterior	884	129	205	216	50	964	129	230	193	105
<b>Total Geral</b>	<b>10.155</b>	<b>3.246</b>	<b>7.012</b>	<b>6.858</b>	<b>771</b>	<b>9.953</b>	<b>3.231</b>	<b>5.944</b>	<b>6.866</b>	<b>993</b>

## Montante das Operações em Atraso: Setor Econômico

R\$ milhões

	Prudencial									
	30/06/2015					31/03/2015				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Setor Público	-	-	-	-	-	3	-	-	2	-
Setor Privado	10.155	3.246	7.012	6.858	771	9.950	3.231	5.944	6.864	993
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>3.730</b>	<b>1.018</b>	<b>2.674</b>	<b>2.182</b>	<b>532</b>	<b>3.359</b>	<b>1.286</b>	<b>1.979</b>	<b>2.037</b>	<b>629</b>
Indústria e Comércio	1.664	527	1.666	1.060	156	1.777	503	883	1.168	156
Serviços	1.472	330	857	980	335	1.344	727	948	799	386
Primário	570	158	147	136	40	213	53	141	63	84
Outros	24	3	4	6	1	25	3	7	7	3
<b>Pessoa Física</b>	<b>6.425</b>	<b>2.228</b>	<b>4.338</b>	<b>4.676</b>	<b>239</b>	<b>6.591</b>	<b>1.945</b>	<b>3.965</b>	<b>4.827</b>	<b>364</b>
<b>Total Geral</b>	<b>10.155</b>	<b>3.246</b>	<b>7.012</b>	<b>6.858</b>	<b>771</b>	<b>9.953</b>	<b>3.231</b>	<b>5.944</b>	<b>6.866</b>	<b>993</b>

## Provisões para Devedores Duvidosos

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, o Itaú Unibanco considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso, definindo o volume de provisionamento regulatório.

O Itaú Unibanco constitui provisão complementar à mínima requerida pelo BACEN, visando a garantir que o nível de provisionamento seja compatível ao modelo de perda esperada adotado na gestão de risco de crédito da instituição, baseado em modelos internos de mensuração de risco de crédito. Essa provisão é normalmente quantificada em função do comportamento histórico das carteiras de crédito, baseando-se na exposição, probabilidade de *default* e recuperação esperada em caso de *default* das operações.

## Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no Trimestre

R\$ milhões

	Prudencial							
	30/06/2015				31/03/2015			
	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixas	Saldo Final	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixas	Saldo Final
Setor Público	(6)	2	2	(2)	(6)	-	-	(6)
Setor Privado	(27.887)	(5.343)	5.578	(27.652)	(26.465)	(5.355)	3.933	(27.887)
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>(12.798)</b>	<b>(1.846)</b>	<b>2.412</b>	<b>(12.232)</b>	<b>(11.451)</b>	<b>(2.541)</b>	<b>1.194</b>	<b>(12.798)</b>
Indústria e Comércio	(5.047)	(1.254)	872	(5.429)	(4.450)	(1.289)	692	(5.047)
Serviços	(6.903)	(437)	1.458	(5.882)	(6.471)	(817)	385	(6.903)
Primário	(822)	(153)	77	(898)	(508)	(429)	115	(822)
Outros PJ	(26)	(2)	5	(23)	(22)	(6)	2	(26)
<b>Pessoa Física</b>	<b>(15.089)</b>	<b>(3.497)</b>	<b>3.166</b>	<b>(15.420)</b>	<b>(15.014)</b>	<b>(2.814)</b>	<b>2.739</b>	<b>(15.089)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>(27.893)</b>	<b>(5.341)</b>	<b>5.580</b>	<b>(27.654)</b>	<b>(26.471)</b>	<b>(5.355)</b>	<b>3.933</b>	<b>(27.893)</b>

### Instrumentos Mitigadores

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Existem normativos institucionais e políticas de crédito que regem a utilização das garantias.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco, é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

As garantias utilizadas podem gerar impactos em mitigação de risco. Nas garantias fidejussórias e na compra de proteção através de derivativos de crédito, o impacto se dá através da substituição dos parâmetros de risco do tomador pelos do garantidor. Gerencialmente, nas garantias reais e nas estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas em conjunto pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito.

Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito, tais como *CDS* único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

A tabela abaixo apresenta o valor total mitigado pelos instrumentos mitigadores de risco de crédito, conforme definido no parágrafo 3º do artigo 36 da Circular BACEN 3.644.

Vale ressaltar que as operações de crédito garantidas por imóvel ou hipoteca em 1º grau de imóvel residencial são consideradas na definição dos ponderadores na apuração do RWA.

#### Valor Total Mitigado

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
<b>Depósitos a vista, a prazo, de poupança e letras financeiras de emissão própria</b>	<b>278.221</b>	<b>306.757</b>	<b>272.814</b>
FPR 0%	278.221	306.757	272.814
<b>Títulos</b>	<b>7.214</b>	<b>20.726</b>	<b>5.957</b>
FPR 0%	7.214	20.726	5.698
FPR 20%	-	-	259
<b>Garantias Fidejussórias</b>	<b>34.938</b>	<b>34.257</b>	<b>335</b>
FPR 0%	3.036	3.109	-
FPR 50%	31.902	31.149	335

### Risco de Crédito da Contraparte

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito da contraparte como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, o Itaú Unibanco considera o risco de deterioração da qualidade creditícia da contraparte incluído no risco de contraparte.

A estrutura do Itaú Unibanco para gestão, monitoramento e controle do risco de crédito da contraparte, quando advindo de instrumentos financeiros derivativos e demais instrumentos financeiros complexos, bem como nas operações com indexadores pós-fixados, está inserida na estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte. Conforme Circular BACEN 3.644, para o cálculo da exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos, considera-se a aplicação do Fator de Exposição Potencial Futura (FEPF). No caso de operações a liquidar, considera-se a aplicação do Fator de Conversão de Crédito de Operações a Liquidar (FCL). A aplicação destes fatores reduz a exposição final das operações sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

#### Nominal dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	31/12/2014
<b>Valor Nominal</b>	<b>1.734.326</b>	<b>1.818.580</b>	<b>1.582.323</b>
Liquidados em Sistema de Liquidação (Bolsa) <sup>(1)</sup>	525.697	477.038	359.916
Não Liquidados em Sistema de Liquidação (Balcão)	1.208.629	1.341.541	1.222.407
Com Garantia	433.012	499.556	507.606
Sem Garantia	775.617	841.985	714.800

<sup>(1)</sup> valores relativos a contratos liquidados em sistema de liquidação de câmara de compensação e de liquidação nos quais a câmara atue como contraparte central

As tabelas a seguir apresentam o valor positivo bruto e o valor das garantias dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte.

#### Valor Positivo Bruto dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	31/12/2014
<b>Valor Positivo Bruto Total</b>	<b>472.143</b>	<b>547.330</b>	<b>536.891</b>
Compromissadas	439.314	507.735	513.208
Outros	32.829	39.595	23.683

#### Garantias dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	31/12/2014
Valor Bruto das garantias	433.012	499.556	507.606

A tabela a seguir apresenta a exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte, calculada conforme critérios da Circular BACEN 3.644, aplicando-se os fatores FEPF e FCL, conforme mencionado acima.

#### Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	31/12/2014
Exposição Global Líquida ao Risco de Crédito de Contraparte	36.215	40.458	32.376

### Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A aquisição de ativos financeiros obedece às mesmas políticas e à mesma governança de crédito estabelecida para as carteiras originadas no Itaú Unibanco, onde as decisões são pautadas pela avaliação objetiva do risco de crédito dos devedores. As aquisições de ativos financeiros podem ter por objetivo o aumento da diversificação da carteira de crédito ou o atendimento a demandas de clientes por liquidez. Já a venda e transferência de ativos financeiros têm como objetivos atender à demanda de investidores por ativos de crédito e ser um instrumento de gestão do risco de crédito da carteira.

As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não dos riscos e benefícios.

Desde janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução CMN 3.533 e normatizações complementares, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

#### Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
Operações cedidas com coobrigação que estejam registradas em contas de compensação	195	208	257
<b>Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios</b>	<b>5.727</b>	<b>4.799</b>	<b>3.668</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	5.702	4.799	3.668
Instituições Financeiras	25	-	-
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-
<b>Saldo das exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional		
	2º Tri 2015	1º Tri 2015	4º Tri 2014	3º Tri 2014	2º Tri 2014
<b>Fluxo das exposições cedidas no trimestre com transferência substancial de riscos e benefícios</b>	<b>442</b>	<b>206</b>	<b>1.248</b>	<b>770</b>	<b>1.517</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	25	-	68
Securitizadoras	442	173	1.174	607	1.414
Instituições Financeiras	-	33	-	29	35
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-	-	-
<b>Outros<sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49</b>	<b>134</b>	<b>-</b>
<b>Total das exposições cedidas honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo</b>	<b>141</b>	<b>175</b>	<b>178</b>	<b>195</b>	<b>139</b>

<sup>(1)</sup> Cessão de créditos universitários realizada com o Setor Público

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

### Aquisição de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
<b>Saldo das exposições adquiridas COM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente</b>			
<b>a) Por tipo de exposição</b>	<b>4.471</b>	<b>5.124</b>	<b>2.419</b>
Pessoa Física - Consignado	1	4	109
Pessoa Física - Veículos e Arrendamento Mercantil	3.279	3.508	2.300
Pessoa Jurídica - Empréstimos (CCB)	1.168	1.583	10
Pessoa Jurídica - Outros	23	29	
<b>b) Por tipo de cedente</b>	<b>4.471</b>	<b>5.124</b>	<b>2.419</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	-	-	-
Instituições Financeiras	4.471	5.124	2.419
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-

### Aquisição de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
<b>Saldo das exposições adquiridas SEM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente</b>			
<b>a) Por tipo de exposição</b>	<b>8.851</b>	<b>10.530</b>	<b>8.907</b>
Pessoa Física - Consignado	8.851	10.530	8.907
<b>b) Por tipo de cedente</b>	<b>8.851</b>	<b>10.530</b>	<b>8.907</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	-	-	-
Instituições Financeiras	8.851	10.530	8.907
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-

### Operações de Securitização

O Itaú Unibanco possui em sua carteira títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização. A carteira é composta por Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), cotas de Fundos de Investimento em Direito Creditórios (FIDC) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Os CRIs são lastreados em recebíveis imobiliários e predominantemente não possuem subordinação. As cotas de FIDC são, em sua maior parcela, seniores, lastreadas por empréstimos e títulos descontados. Os CRAs são lastreados em recebíveis vinculados ao agronegócio.

O Itaú Unibanco trata títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização conforme a governança de produtos estabelecida, sendo o crédito aprovado nas alçadas competentes. Na tabela seguinte, são apresentados os saldos destas operações.

### Exposições oriundas do Processo de Securitização<sup>(1)</sup>

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
<b>CRI</b>	<b>18.356</b>	<b>16.979</b>	<b>13.464</b>
<i>Lastro: Financiamento Imobiliário</i>	18.356	16.979	13.464
<i>tranche única</i>	16.016	14.561	10.678
<i>senior</i>	-	-	-
<i>subordinada</i>	2.340	2.418	2.786
<b>CRA</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>64</b>
<i>Lastro: Financiamento ao Agronegócio</i>	36	32	64
<i>tranche única</i>	36	32	64
<i>senior</i>	-	-	-
<i>subordinada</i>	-	-	-
<b>FIDC</b>	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>125</b>
<i>Lastro: Direitos Creditórios</i>	9	24	125
<i>tranche única</i>	-	-	-
<i>senior</i>	9	24	94
<i>subordinada</i>	-	-	31
<b>Total</b>	<b>18.401</b>	<b>17.035</b>	<b>13.653</b>

<sup>(1)</sup> Securitização Tradicional

A retenção de riscos do Itaú Unibanco segue as diretrizes da Resolução CMN 3.533.

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

A seguir, tem-se o resumo das atividades de securitização no período:

### Atividade de Securitização do Período<sup>(1)</sup>

*R\$ milhões*

Título	Prudencial		Operacional
	2º Tri 2015	1º Tri 2015	2º Tri 2014
CRI	1.739	829	1.390
Lastro: Financiamento Imobiliário	1.739	829	1.390
FIDC	186	-	420
Lastro: Direitos Creditórios	186	-	420
CRA	430	-	-
Lastro: Financiamento ao Agronegócio	430	-	-
<b>Total</b>	<b>2.355</b>	<b>829</b>	<b>1.810</b>

<sup>(1)</sup> Securitização Tradicional

### Derivativos de Crédito

O Itaú Unibanco compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando a atender às necessidades de seus clientes. Quando o Itaú Unibanco vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o Itaú Unibanco é vendedor de proteção são *credit default swap (CDS)* e *total return swap (TRS)*.

CDS é um derivativo de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos, quando um evento de crédito ocorre, conforme os termos do contrato de CDS.

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato de TRS, as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (nocial). O Itaú Unibanco acredita que, com base em sua experiência histórica, o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda esperada. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nocial pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, o Itaú Unibanco não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o Itaú Unibanco atua como vendedor da proteção.

#### Nocial dos Derivativos de Crédito Mantidos na Carteira

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional
	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
<b>Risco Transferido</b>	<b>3.116</b>	<b>2.834</b>	<b>1.429</b>
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	3.116	2.834	1.429
<i>Total Return Swap (TRS)</i>	-	-	-
<b>Risco Recebido</b>	<b>(7.602)</b>	<b>(9.941)</b>	<b>(6.526)</b>
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	(7.587)	(8.405)	(5.141)
<i>Total Return Swap (TRS)</i>	(15)	(1.536)	(1.385)
<b>Total</b>	<b>(4.486)</b>	<b>(7.107)</b>	<b>(5.097)</b>
<b>Capital requerido do Risco Recebido</b>	<b>(406)</b>	<b>(428)</b>	<b>(234)</b>

Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

### 6 Risco de Mercado

#### 6.1 Estrutura e Tratamento

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o Itaú Unibanco monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do Itaú Unibanco no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site [www.itaú-unibanco.com.br/ri](http://www.itaú-unibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do Itaú Unibanco;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Este arcabouço de limites cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais) e visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos por órgãos colegiados competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados compostos pela alta administração. O processo de estabelecimento dos níveis de limites segue a governança aprovada por políticas internas do Itaú Unibanco. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do Itaú Unibanco tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Itaú Unibanco.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, análise e reporte de risco às áreas e pessoas relevantes, em situações normais e em estresse, de acordo com a governança estabelecida, além do monitoramento de ações necessárias para reajuste de posições e/ou nível de risco. A área também está envolvida nos processos de aprovação de novos produtos financeiros. Adicionalmente, o Itaú Unibanco conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados compostos pela alta administração, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.



O Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo Itaú Unibanco são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo Itaú Unibanco para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco: medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

## 6.2 Análise da Carteira de Mercado

### Risco de taxa de juros na carteira de não negociação

O risco de taxa de juros é a perda potencial associada a variações das mesmas no mercado sobre os descasamentos de indexadores, prazos e entre aplicações e captações. O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira de não negociação ocorre dentro da governança e hierarquia dos órgãos colegiados e limites aprovados para o gerenciamento do risco de mercado. Adota-se a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, calculando a sensibilidade às variações das taxas de juros, o valor em risco (*VaR*) e efetuam-se testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do Itaú Unibanco.

No tratamento de carteiras de empréstimos que apresentam liquidações antecipadas relevantes, o Itaú Unibanco ajusta os vencimentos originais das operações com revisões mensais de seus parâmetros, estimados a partir de suas bases históricas observadas, que aceleram o decaimento dos fluxos de pagamento originalmente contratados para melhor refletir o comportamento esperado de clientes.

Os saldos de produtos que não possuem vencimento definido, como depósitos a vista e cadernetas de poupança, são separados em porções core e non-core, de acordo com estudos estatísticos que analisam seus comportamentos históricos e sazonais. A porção core é distribuída no tempo gerando exposição à variações de taxas de juros, de acordo com metodologias aprovadas internamente.

A tabela abaixo mostra a sensibilidade do valor das posições da carteira de não negociação a mudanças nas curvas de juros, seguindo metodologia e cenários de estresse adotados na gestão do risco desta carteira no Itaú Unibanco para o segundo trimestre de 2015.

#### Sensibilidade das Carteiras de Não Negociação <sup>(1)</sup>

R\$ milhões

Exposições		Prudencial		
		30/06/2015		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(4)	(1.170)	(2.231)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	0	(1)	2
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(3)	(362)	(655)
TR	Taxa do cupom de TR	1	(229)	(492)

<sup>(1)</sup> Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros e índices associados;
- Cenário II: Aplicação de choques de 25 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;
- Cenário III: Aplicação de choques de 50 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM 475, o Itaú Unibanco realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. Os resultados podem ser visualizados na Nota Explicativa 7j das Demonstrações Contábeis Completas – BRGAAP, disponível no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri).

## Evolução da Carteira de Negociação

A evolução da Carteira de Negociação, detalhada pelos principais fatores de risco, é apresentada a seguir:

### Valor Total da Carteira de Negociação

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial				Operacional	
	30/06/2015		31/03/2015		30/06/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	101.720	(117.048)	198.263	(169.575)	213.230	(223.302)
Taxas de Câmbio	104.647	(96.586)	152.942	(152.447)	111.559	(110.755)
Ações	9.444	(9.329)	15.885	(15.834)	12.704	(12.571)
Commodities	48	(63)	74	(54)	230	(18)

## Evolução da Carteira de Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função minimizar os riscos das posições das Carteiras de Não Negociação e de Negociação nos respectivos fatores de risco. A evolução da carteira de derivativos do Itaú Unibanco, apresentada a seguir, está detalhada por grupos de fatores de risco, existência ou não de contraparte central (bolsa ou balcão) e negociação no Brasil ou exterior:

### Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Com Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial				Operacional	
	30/06/2015		31/03/2015		30/06/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	273.250	(394.244)	230.981	(345.264)	401.234	(529.888)
Taxas de Câmbio	132.729	(123.446)	132.593	(105.109)	64.329	(53.085)
Ações	2.433	(2.037)	3.891	(3.841)	1.334	(1.244)
Commodities	644	(515)	399	(188)	429	(296)

### Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Sem Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial				Operacional	
	30/06/2015		31/03/2015		30/06/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	178.424	(171.425)	189.945	(189.951)	156.039	(164.108)
Taxas de Câmbio	131.954	(170.856)	105.120	(136.506)	32.058	(54.723)
Ações	27.691	(27.922)	20.751	(20.905)	16.656	(17.027)
Commodities	266	(355)	150	(271)	277	(218)

### Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Com Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial				Operacional	
	30/06/2015		31/03/2015		30/06/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	18	(309)	26	(437)	37	(204)
Taxas de Câmbio	147.538	(147.140)	158.121	(157.524)	126.569	(124.999)
Ações	298	(354)	272	(305)	73	(19)
Commodities	28	(82)	64	(133)	220	(200)

### Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Sem Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial				Operacional	
	30/06/2015		31/03/2015		30/06/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	103.370	(107.354)	104.344	(105.977)	66.239	(69.356)
Taxas de Câmbio	438.751	(434.483)	424.556	(421.504)	172.195	(168.313)
Ações	770	(770)	-	(54)	154	(154)
Commodities	-	-	-	-	-	-

**VaR - Consolidado Itaú Unibanco**

O VaR Consolidado do Itaú Unibanco é calculado, predominantemente, através da metodologia por Simulação Histórica. Esta metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do Itaú Unibanco e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: *Itaú BBA International PLC, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguay S.A., Banco Itaú Paraguay S.A. e Itaú BBA Colombia S.A. – Corporación Financiera*).

**VaR - Itaú Unibanco Holding <sup>(1)</sup>**

<b>VaR por Grupo de Fatores de Risco</b>		<b>30/06/2015</b>	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
				<i>R\$ milhões</i>
<b>Itaú Unibanco</b>	Taxas de Juros	137,1	166,5	124,8
	Cupons Cambiais	86,5	89,9	83,6
	Varição Cambial	49,1	40,4	26,5
	Índices de Preços	145,6	110,0	115,7
	Renda Variável	22,9	19,2	22,5
<b>Itaú Unibanco Unidades Externas</b>	Itaú BBA <i>International</i> <sup>(3)</sup>	1,9	3,6	1,6
	Banco Itaú Argentina <sup>(2)</sup>	6,4	5,9	1,9
	Banco Itaú Chile <sup>(2)</sup>	5,3	11,1	5,3
	Banco Itaú Uruguai <sup>(3)</sup>	1,2	1,8	2,1
	Banco Itaú Paraguai <sup>(3)</sup>	2,9	3,7	3,5
	Banco Itaú BBA Colômbia <sup>(2)</sup>	1,4	1,6	0,5
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(235,5)</b>	<b>(231,8)</b>	<b>(194,9)</b>
	<b>VaR Total</b>	<b>224,8</b>	<b>221,7</b>	<b>193,1</b>
	<b>VaR Total Máximo no Trimestre</b>	<b>226,9</b>	<b>236,6</b>	<b>227,7</b>
	<b>VaR Total Médio no Trimestre</b>	<b>195,9</b>	<b>203,7</b>	<b>176,0</b>
	<b>VaR Total Mínimo no Trimestre</b>	<b>161,0</b>	<b>179,1</b>	<b>131,1</b>

<sup>(1)</sup> Valores reportados consideram 1 dia como horizonte de tempo e 99% de nível de confiança

<sup>(2)</sup> VaR calculado por simulação histórica a partir do primeiro trimestre de 2015.

<sup>(3)</sup> O VaR é calculado na abordagem Paramétrica.

O Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período. O VaR Total Médio no trimestre manteve-se inferior a 1% do patrimônio líquido do Itaú Unibanco.

O VaR Total manteve-se em linha com o trimestre anterior devido à redução da volatilidade dos fatores de risco que compensou alterações de posição ao longo do trimestre.

**VaR – Carteira de Negociação**

A seguir, o VaR da Carteira de Negociação calculado por simulação histórica.

**VaR - Itaú Unibanco - Carteira de Negociação <sup>(1)</sup>**

R\$ milhões

<b>VaR por Grupo de Fatores de Risco</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>31/03/2015</b>	<b>30/06/2014</b>
Taxa de Juros	41,4	36,7	18,6
Cupons Cambiais	7,9	11,0	13,2
Variação Cambial	14,8	35,3	4,8
Índices de Preços	9,6	7,4	14,3
Renda Variável	5,5	5,8	4,5
<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(41,3)</b>	<b>(69,0)</b>	<b>(38,2)</b>
<b>VaR Total</b>	<b>37,9</b>	<b>27,3</b>	<b>17,1</b>
<b>VaR Total Máximo no Trimestre</b>	<b>39,4</b>	<b>31,6</b>	<b>41,9</b>
<b>VaR Total Médio no Trimestre</b>	<b>23,0</b>	<b>18,7</b>	<b>28,0</b>
<b>VaR Total Mínimo no Trimestre</b>	<b>13,3</b>	<b>10,9</b>	<b>17,1</b>

<sup>(1)</sup> VaR calculado por simulação histórica. Valores reportados consideram 1 dia como horizonte de tempo e 99% de nível de confiança.

<sup>(2)</sup> Não contempla Unidades Externas.

**VaR - Unidades Externas**

Para fins desta publicação, são denominadas unidades externas do Itaú Unibanco as instituições financeiras com sede em diferentes países, que operam com tesourarias locais cujas exposições ao risco de mercado são monitoradas pelas áreas de controle de risco locais. Estas áreas de tesouraria e controle de riscos reportam para as respectivas áreas do Itaú Unibanco. Compõem essas unidades externas o *Itaú BBA International PLC*, *Banco Itaú Argentina S.A.*, *Banco Itaú Chile S.A.*, *Banco Itaú Uruguay S.A.*, *Banco Itaú Paraguay S.A.* e *Itaú BBA Colombia S.A. – Corporación Financiera*.

A exposição consolidada de risco de mercado das unidades externas no segundo trimestre, quando comparada ao anterior, apresentou uma queda, conforme pode ser observado a seguir.

O VaR Total Consolidado das Unidades Externas representa menos de 1% do patrimônio líquido do Itaú Unibanco.

**VaR - Itaú Unibanco Unidades Externas**

<b>VaR por Fatores de Risco</b>		<b>30/06/2015</b>	<b>31/03/2015</b>	<b>30/06/2014</b>
<b>Itaú BBA International<sup>(2)</sup></b>	Euribor	0,6	0,2	0,2
	Libor	0,4	0,8	0,2
	Varição Cambial	1,2	2,5	0,1
	Ações	0,0	0,0	0,0
	Outros	0,2	0,7	0,2
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(0,5)</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(0,3)</b>
	<b>VaR Total Itaú BBA International</b>	<b>1,9</b>	<b>3,6</b>	<b>0,4</b>
<b>Banco Itaú Argentina<sup>(1)</sup></b>	Pré-fixado em Peso (ARS)	2,7	2,6	2,7
	Índices de Inflação (CER)	0,3	0,0	0,0
	Badlar	0,7	1,3	0,6
	Cupom e Varição Cambial - Dólar	5,5	4,2	0,1
	Cupom e Varição Cambial - Outras Moedas	0,7	0,0	0,0
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(3,6)</b>	<b>(2,4)</b>	<b>(0,4)</b>
	<b>VaR Total Itaú Argentina</b>	<b>6,4</b>	<b>5,9</b>	<b>3,0</b>
<b>Banco Itaú Chile<sup>(1)</sup></b>	Pré-fixado em Peso (CLP)	0,8	1,4	0,5
	Índices de Inflação (UF)	4,7	8,5	1,4
	Cupom e Varição Cambial - Dólar	0,5	3,0	0,7
	Varição Cambial - Outras Moedas	0,0	0,1	0,0
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(0,7)</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(1,2)</b>
	<b>VaR Total Itaú Chile</b>	<b>5,3</b>	<b>11,1</b>	<b>1,4</b>
<b>Banco Itaú Uruguai<sup>(2)</sup></b>	Pré-fixado em Peso (UYU)	0,3	0,3	0,3
	Índices de Inflação (UI)	0,7	1,5	0,5
	Cupom Cambial - Dólar	0,9	1,5	1,3
	Varição Cambial - Dólar	0,0	0,5	0,0
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(0,9)</b>	<b>(2,0)</b>	<b>(0,8)</b>
	<b>VaR Total Itaú Uruguai</b>	<b>1,2</b>	<b>1,8</b>	<b>1,3</b>
<b>Banco Itaú Paraguai<sup>(2)</sup></b>	Pré-fixado em Guarani (PYG)	1,5	2,9	0,8
	Cupom Cambial - Dólar	2,6	2,7	0,5
	Varição Cambial - Dólar	0,2	0,0	0,0
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(1,3)</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(0,6)</b>
	<b>VaR Total Itaú Paraguai</b>	<b>2,9</b>	<b>3,7</b>	<b>0,8</b>
<b>Banco Itaú BBA Colômbia<sup>(1)</sup></b>	Pré-fixado em Peso (COP)	1,4	1,6	0,5
	Cupom Cambial - Dólar	0,0	0,0	0,0
	Varição Cambial - Dólar	-	-	0,1
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(0,0)</b>	<b>0,0</b>	<b>(0,0)</b>
	<b>VaR Total Itaú BBA Colômbia</b>	<b>1,4</b>	<b>1,6</b>	<b>0,5</b>
	<b>VaR Total</b>	<b>19,1</b>	<b>27,6</b>	<b>7,5</b>

<sup>(1)</sup> VaR calculado por simulação histórica a partir do primeiro trimestre de 2015.

<sup>(2)</sup> O VaR é calculado na abordagem Paramétrica.

### Teste de Aderência

A eficácia do modelo de *VaR* é comprovada pelo teste de aderência, onde são comparadas as perdas e os ganhos hipotéticos diários com o *VaR* diário estimado. O número de exceções dos limites estabelecidos de *VaR* deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99% (isto é, há 1% de probabilidade de perdas financeiras maiores que as perdas estimadas pelo modelo), considerando uma janela de 250 dias úteis (findos em 30 de junho de 2015). As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo documento de Basileia “*Supervisory Framework for the use of backtesting in conjunction with the internal models approach to market risk capital requirements*”. Essas faixas dividem-se em:

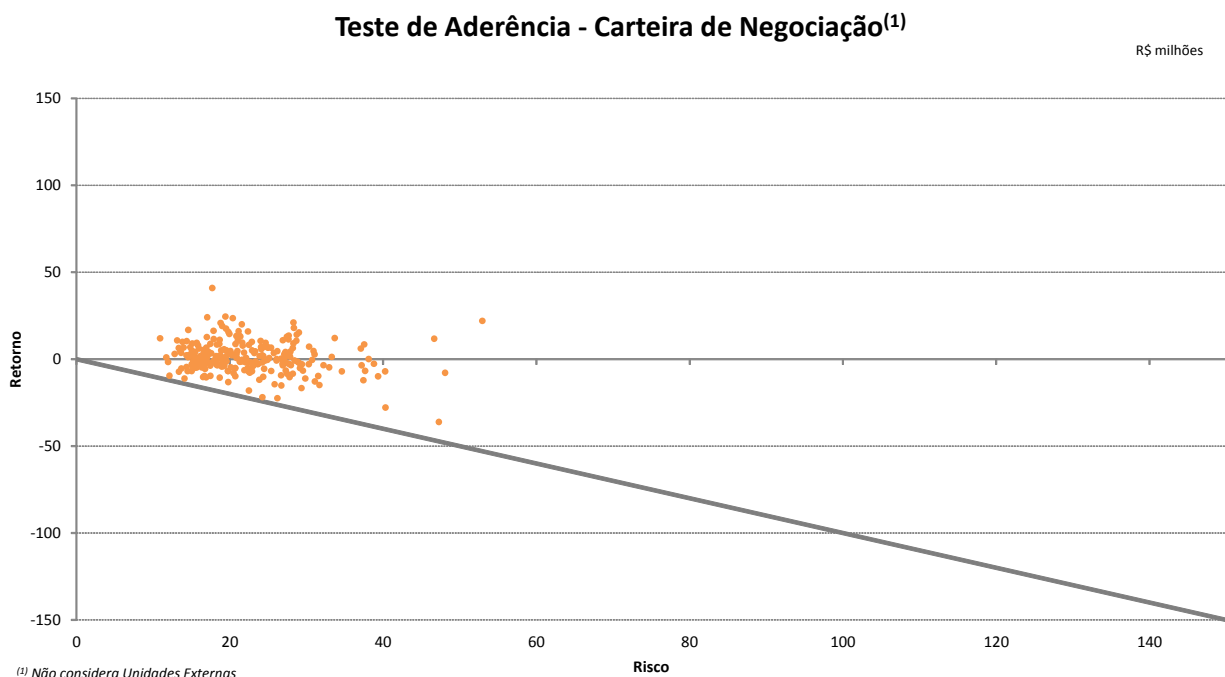
- Verde (0 a 4 exceções): corresponde aos resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): refere-se a uma faixa intermediária, que sinaliza a necessidade de atenção e/ou monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): demonstra a necessidade de uma ação de melhoria.

Para ilustrar a confiabilidade das medidas de risco geradas pelos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco, é apresentado abaixo o gráfico do teste de aderência do risco da Carteira de Negociação (as unidades externas não são incluídas no gráfico, devido à baixa relevância de seus montantes de *VaR*).

O gráfico demonstra o grau de adequação dos modelos de risco de mercado empregados pelo Itaú Unibanco, apresentando o risco (em módulo) versus o retorno para o período considerado.

Como a linha diagonal representa risco igual ao retorno, todos os pontos que ficam abaixo dela apontam exceções ao risco estimado.

Com relação ao *VaR* da Carteira de Negociação, a perda hipotética não foi maior que o *VaR* estimado pelo modelo no período.



### 7 Risco Operacional

#### 7.1 Estrutura e Tratamento

Para o Itaú Unibanco, o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Itaú Unibanco classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Itaú Unibanco;
- Interrupção das atividades do Itaú Unibanco;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades no Itaú Unibanco.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 3.380 e da Circular BACEN 3.647, o Itaú Unibanco possui estrutura e normativo institucional para gerenciamento de risco operacional aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e aplicáveis às empresas e às subsidiárias no Brasil e exterior.

O gerenciamento de risco operacional é composto pelas atividades de gestão e controle dos riscos operacionais, cujo objetivo é suportar a instituição na tomada de decisão, buscando sempre a correta identificação e avaliação dos riscos, a criação de valor para os acionistas, assim como a proteção dos ativos e a imagem do Itaú Unibanco.

O Itaú Unibanco possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que por sua vez respondem ao Conselho de Administração, e por papéis e responsabilidades bem definidos de forma a reafirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional através de metodologias, treinamento e certificação do ambiente de controle de maneira independente e provendo ferramentas que os monitorem.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, priorizar e gerenciar os possíveis riscos operacionais identificados, monitorar e reportar as atividades de gestão com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional. Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se auto avaliação e o mapa de riscos priorizados da organização, a aprovação de processos e produtos, o monitoramento de indicadores chave de risco e a base de dados de perdas operacionais. Portanto o arcabouço de risco operacional do Itaú Unibanco garante base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

Dentro da governança do processo de gerenciamento, existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Ressalta-se que a agenda de risco operacional tem na disseminação da cultura de riscos e controles para os colaboradores, através de treinamentos, importante pilar que visa a subsidiar o melhor entendimento do assunto e o relevante papel a desempenhar em sua mitigação.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional pode ser acessada no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.



### 7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos.

É composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a uma variedade de níveis de interrupção, e pode ser dividido em dois elementos chave:

- **Gestão de Crises:** processo de comunicação centralizada e os procedimentos de resposta, para gerenciar eventos de interrupção de negócios e também quaisquer outros tipos de ameaças à imagem e reputação de sua identidade perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores. A estrutura conta com um comando central que monitora constantemente as operações diárias, bem como canais de mídia em que o Itaú Unibanco seja citado. O êxito da Gestão de Crises se dá por meio de agentes focais, que são representantes nomeados junto às áreas de negócios e que atuam no monitoramento de potenciais problemas, na resolução de crises, na retomada dos negócios, na melhoria dos processos e na busca por ações de prevenção;
- **Planos de Continuidade de Negócios (PCN):** documentos com procedimentos e informações desenvolvidos, consolidados e mantidos à disposição para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, o Itaú Unibanco tem definido em seu PCN ações corporativas e customizadas para suas linhas de negócio, por meio de:
  - Plano de *Disaster Recovery*: foco na recuperação de seu *data center* primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;
  - Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente 2.000 posições de contingência totalmente equipadas para atender as necessidades das áreas de negócio em situações de emergência.
  - Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre as instalações do Itaú Unibanco, com foco preventivo;
  - Plano de Contingência de Processos: alternativas (Planos B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da organização:

- **Análise de Impacto nos Negócios (BIA):** avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos, que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;
- **Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA):** identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados. A eficácia dos controles existentes é avaliada em relação às ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, fortalecimento das soluções e estabelecimento de novos controles.

## 8 Risco de Liquidez

### 8.1 Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

Em observância às exigências da Resolução CMN 4.090 e da Circular BACEN 3.393, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

### 8.2 Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo.

#### Fontes Primárias de Funding

Recursos	Prudencial						Operacional		
	30/06/2015			31/03/2015			30/06/2014		
	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%
Depósitos	180.235	285.011	53%	198.220	303.735	55%	186.519	291.319	54%
Recursos à Vista	54.089	54.089	10%	60.820	60.820	11%	58.437	58.437	11%
Recursos de Poupança	113.974	113.974	21%	117.357	117.357	21%	110.840	110.840	21%
Recursos a Prazo	8.552	89.915	17%	10.354	97.405	18%	15.890	117.980	22%
Outros Recursos	3.620	27.033	5%	9.689	28.153	5%	1.352	4.062	1%
Recursos de Aceite de Emissão de Títulos <sup>(1)</sup>	3.482	52.183	10%	2.317	50.762	9%	2.277	56.548	11%
Recursos de Emissão Própria <sup>(2)</sup>	3.520	136.882	26%	2.472	138.797	25%	3.504	135.773	25%
Dívida Subordinada	176	59.229	11%	320	59.528	11%	139	52.989	10%
<b>Total</b>	<b>187.413</b>	<b>533.305</b>	<b>100%</b>	<b>203.329</b>	<b>552.822</b>	<b>100%</b>	<b>192.439</b>	<b>536.629</b>	<b>100%</b>

R\$ milhões

<sup>(1)</sup> Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

<sup>(2)</sup> Referem-se a captações no mercado aberto com títulos de emissão própria.

### 9 Outros Riscos

#### Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, o Itaú Unibanco entende que os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização;
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas. O Itaú Unibanco optou por gerenciar os riscos destes produtos de forma segregada, conforme as diretrizes estabelecidas pela instituição para cada tipo de risco, de forma a focar nas especificidades de cada risco da carteira de seguros, de previdência e capitalização.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança, onde as decisões podem chegar a órgãos colegiados compostos pela alta administração, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

#### Risco Socioambiental

Na gestão de negócios, o Itaú Unibanco considera, continuamente, o potencial de risco de perdas em função da exposição a eventos socioambientais que decorrem do desempenho de suas atividades. Esses eventos decorrem da atuação direta do Itaú Unibanco que, por si, gere impacto ao meio ambiente ou à saúde humana. Desta forma, a instituição entende o risco socioambiental como o risco de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelo Itaú Unibanco no desenvolvimento de suas atividades ou por suas ações, estando o seu gerenciamento estruturado por governança e formalizado por meio de normativos e procedimentos internos. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, a instituição incorporou a variável socioambiental em suas atividades próprias e em seus negócios que, de alguma maneira, poderiam lhe desencadear perdas financeiras.

Na governança de questões socioambientais, o Itaú Unibanco conta com o Comitê de Riscos Socioambiental, que tem por objetivo estabelecer a governança para questões de riscos socioambientais para toda a instituição. No mais, a gestão do risco socioambiental é efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com o apoio da área jurídica e unidades de análise de risco socioambiental dedicadas ao negócio. As unidades de negócio contam ainda com a governança de aprovação de novos produtos, que contempla em sua avaliação o risco socioambiental, garantindo a observância deste requisito em todos os novos produtos e processos da instituição.

Com esse fim, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos processos internos que visam ao gerenciamento, ao controle e à mitigação de eventos que possam levar à ocorrência do risco socioambiental, assim como vem incorporando essa variável em diversos processos já estabelecidos. O Itaú Unibanco busca constantemente progredir no gerenciamento do risco socioambiental, sempre atento aos desafios para acompanhar as mudanças e demandas da sociedade. Assim, dentre outras ações, assume e incorpora aos seus processos internos uma série de compromissos e pactos voluntários, nacionais e internacionais, voltados à integração de aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios. Destacam-se os

Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – Ethos, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Programa Brasileiro *GHG Protocol*, o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros. Os esforços da instituição para expandir os conhecimentos sobre avaliação dos critérios sociais e ambientais têm sido reconhecidos como modelos dentro e fora do país, como mostra a presença recorrente da instituição nos principais índices de sustentabilidade no exterior, como o *Dow Jones Sustainability Index*, e no Brasil, como no Índice de Sustentabilidade Empresarial, além dos diversos prêmios recebidos.

### Risco Regulatório

O risco regulatório é considerado no Itaú Unibanco como risco decorrente de perdas devido a multas, sanções e outras punições aplicadas por reguladores decorrentes do não cumprimento de requisitos regulatórios. O risco regulatório é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e acompanhar a implantação das ações voltadas para a aderência às exigências normativas.

O Itaú Unibanco possui fluxo estruturado e consistente para o tratamento de normas, abrangendo as etapas de captura, distribuição, acompanhamento e cumprimento, sendo que todos os processos estão definidos em normativos internos. A estrutura e fluxo para tratamento de risco regulatório são compostos por: (i) acompanhamento de projetos de lei, editais e consultas públicas (ii) captura de novas normas e definição de planos de ação para cumprimento das normas, (iii) relacionamento com reguladores, (iv) acompanhamento de planos de ação, (v) priorização de riscos e (vi) controle de cumprimento de decisões judiciais de ações coletivas e de TAC (termo de ajustamento de conduta).

### Risco de Modelo

A gestão de riscos do Itaú Unibanco possui modelos proprietários para gestão de riscos que são monitorados continuamente e revisados, quando necessário, visando a garantir a eficácia nas decisões estratégicas e de negócio.

O risco de modelo é definido como o risco decorrente de modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado. Esse risco pode se materializar, principalmente, devido a inadequações metodológicas durante o seu desenvolvimento ou ao uso em realidades distintas da modelada.

O Itaú Unibanco utiliza as melhores práticas de mercado para gerenciar o risco de modelo a que está exposto durante todo o ciclo de vida de um modelo, cujas etapas podem ser categorizadas em quatro principais: desenvolvimento, implantação, validação e uso. As melhores práticas que balizam o controle do risco de modelo na instituição incluem: (i) certificação da qualidade das bases de dados utilizadas, (ii) aplicação de lista de pontos essenciais a serem cumpridos durante o desenvolvimento, (iii) conservadorismo em modelos julgamentais, (iv) uso de benchmarks externos, (v) homologação dos resultados gerados na implantação, (vi) validação técnica independente, (vii) validação de uso, (viii) avaliações de impacto no uso, (ix) monitoramento de desempenho e (x) monitoramento da distribuição das variáveis explicativas e do score final.

### Risco País

O risco país é definido como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor a contraparte ou o garantidor, ou de eventos político-econômicos e sociais relacionados a esse país.

O Itaú Unibanco está presente em diversos outros países além do Brasil. Adicionalmente às unidades internacionais, a instituição mantém relacionamento com tomadores, emissores, contrapartes e garantidores de diversas localidades no mundo, independentemente de possuir uma unidade internacional na localidade do tomador, do emissor, da contraparte ou do garantidor.

De modo a tratar o risco país adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco seja gerido e controlado. Tais processos abrangem: (i) governança do risco país, (ii) definição de *ratings* para países, (iii) definição de limites para países e (iv) monitoramento dos limites e tratamento de desenquadramentos.

### Risco de Negócio e Estratégia

O Itaú Unibanco define o risco de negócio e estratégia como o risco de impacto negativo nos resultados ou no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da inabilidade do Itaú Unibanco de implantar os planos estratégicos apropriados, e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

Visto que o risco de negócio e estratégia pode afetar diretamente a criação de valor e, até mesmo, a viabilidade da instituição, o Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do Conselho de Administração, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno.

De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos listados a seguir, que contam com pleno envolvimento da alta administração e da área de controle e gestão de riscos nas decisões de negócio e estratégicas, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis. Assim, há:

- Governança, que conta com tomadores de decisão qualificados, que, por sua vez, possuem incentivos corretos;
- Processo orçamentário, com participação ativa da área de controle e gestão de riscos;
- Processo de avaliação de novos produtos antes de sua comercialização;
- Estrutura específica para avaliação e prospecção de fusões e aquisições.

### Risco Reputacional

O Itaú Unibanco define como risco reputacional aquele decorrente das práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, entre outros, acarretando em impactos no valor da marca e em perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade do Itaú Unibanco de manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e continuar tendo acesso a fontes de captação.

Visto que risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que potenciais riscos reputacionais sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos.

O Itaú Unibanco julga sua reputação de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas.

Desta forma, para obter uma reputação inquestionável e evitar impactos negativos na percepção da imagem do Itaú Unibanco pelas diversas partes interessadas, o tratamento dado ao risco reputacional é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por normativos internos, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais aos quais a instituição está, ou possa a vir estar, exposta. Dentre eles, destacam-se:

- Arcabouço do apetite ao risco;
- Processo de prevenção e combate ao uso do Itaú Unibanco em atos ilícitos;
- Processo de gestão de crises e continuidade de negócios;
- Processos e diretrizes das relações governamentais e institucionais;
- Processo de comunicação corporativa;
- Processo de gestão da marca;
- Iniciativas de ouvidoria e de compromisso com a satisfação dos clientes;
- Diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

Com o intuito de prevenir e combater atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo e fraudes, o Itaú Unibanco estabelece uma política corporativa de prevenção e combate a atos ilícitos.

Para viabilizar o cumprimento das diretrizes desta política e evitar que seus produtos e serviços sejam usados em atividades ilícitas, o Itaú Unibanco adota um programa de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, baseado nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);

- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços sob a perspectiva de prevenção contra atividades ilícitas;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento e Conscientização.

Esse programa aplica-se a todo o Grupo Itaú Unibanco, incluindo as empresas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração e órgãos colegiados. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site [www.itaú-unibanco.com.br/ri](http://www.itaú-unibanco.com.br/ri) na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, política corporativa de prevenção e combate a atos ilícitos.

Além do programa de prevenção, detecção e combate de fraudes e atos ilícitos, o Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes em quaisquer operações. Para tanto, o Itaú Unibanco é orientado pela Política Corporativa de Segurança da Informação, cujo objetivo é garantir a aplicação dos princípios e diretrizes de proteção das informações e da propriedade intelectual da organização, dos clientes e do público em geral.

Para assegurar que as informações tratadas estejam adequadamente protegidas o Itaú Unibanco conta com uma estrutura de monitoramento e controle dos processos abrangendo tecnologia, áreas de negócio e unidades internacionais. Adicionalmente, um *Security Operation Center* (SOC) atuando 24 horas por dia, sete dias por semana contribui para o monitoramento das operações e minimização do risco de um incidente de segurança.

Campanhas de conscientização para prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro, fraudes e demais atos ilícitos são realizados periodicamente utilizando-se os diversos canais de comunicação existentes com os colaboradores do Itaú Unibanco. Dentre as ações temos palestras, campanhas, treinamentos presenciais e *e-learning*s sobre os diversos temas.

### 10 Gestão Integrada de Riscos e Alinhamento de Incentivos

Em consonância com o escopo e complexidade de suas operações, o Itaú Unibanco estabeleceu processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de forma efetiva, além de alocar o capital entre os segmentos de forma adequada. Adicionalmente, o Itaú Unibanco estabeleceu processos que permitem que Executivos e Conselho de Administração tenham uma visão global das exposições de risco da instituição, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação de seu capital, além de promoverem o alinhamento de incentivos. A seguir, a descrição de alguns desses processos:

#### Apetite de riscos

O apetite de riscos do Itaú Unibanco é um conjunto de diretrizes e limites, aprovados pelo Conselho de Administração, que definem os níveis de risco aceitáveis para o Itaú Unibanco. Dividido em quatro dimensões, combina formas complementares de mensuração dos riscos, buscando uma visão abrangente das exposições incorridas pela instituição.

A dimensão de capitalização reflete o nível de proteção do banco contra perdas significativas. Esta dimensão estabelece as diretrizes de capitalização mínima do Itaú Unibanco em relação aos seus riscos, dentro das quais a gestão utiliza o capital do banco, obedecendo a níveis aceitáveis de alavancagem e custo de *funding*.

A dimensão de liquidez reflete o nível de proteção do banco contra um período prolongado de estresse de *funding*, que poderia levar à falta de liquidez. Esta dimensão estabelece as diretrizes quanto aos níveis mínimos de liquidez, níveis aceitáveis de descasamento de prazos e estrutura de *funding*.

A dimensão de composição de negócios, por sua vez, busca garantir, por meio de limites de concentração, adequada composição das carteiras, visando à baixa volatilidade e à sustentabilidade dos negócios.

Já a dimensão *franchise* aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação do Itaú Unibanco junto aos *stakeholders*.

A definição dos níveis aceitáveis de riscos incorpora aspectos da estratégia da organização, assim como o ambiente regulatório. O monitoramento do apetite de riscos é feito considerando a situação atual e prospectiva. A definição do apetite de riscos e seu monitoramento é feita nos níveis executivo e Conselho de Administração, constituindo assim um importante instrumento para supervisão da gestão de riscos do Itaú Unibanco.

#### Teste de Estresse

O teste de estresse realizado pelo Itaú Unibanco tem por objetivo avaliar a solvência da instituição em eventos hipotéticos, porém plausíveis, de crise sistêmica, bem como identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco. É baseado em projeções estressadas de variáveis macroeconômicas e de crédito, com a finalidade de analisar o efeito agregado sobre os resultados, capital e liquidez da instituição, estando consistente com os padrões da indústria financeira. O teste é aplicado sobre as principais carteiras da instituição, simulando o impacto em cada área de negócio através do cálculo das demonstrações financeiras estressadas, sob diferentes cenários aprovados pelo Conselho de Administração, para um horizonte de 2 a 3 anos.

Os resultados do teste são apresentados à alta gestão e ao Conselho de Administração, fundamentando decisões estratégicas.

#### Remuneração Ajustada ao Risco

As diretrizes de Remuneração no Itaú Unibanco têm como objetivos atrair, reter e recompensar de forma meritocrática os seus colaboradores, incentivando níveis prudentes de exposição ao risco nas estratégias de curto, médio e longo prazo, em consonância com os interesses dos acionistas e dos reguladores e com a cultura da organização. A estrutura de governança de remuneração e os incentivos à tomada prudente de riscos vêm se consolidando em linha com as melhores práticas internacionais de remuneração e governança. O Comitê de Remuneração, em linha com os requisitos da Resolução CMN 3.921 e com reporte ao Conselho de Administração, é responsável por definir as diretrizes dos modelos de remuneração dos colaboradores e a política de remuneração dos administradores das empresas do Conglomerado.

A remuneração no Itaú Unibanco leva em conta a estratégia da instituição, as legislações gerais e específicas para cada negócio ou região de atuação e a gestão adequada dos riscos ao longo do tempo. A remuneração variável considera os riscos correntes e potenciais, incentivando a busca de resultados sustentáveis e desencorajando tomadas de decisão que envolva riscos excessivos. O cálculo do montante global e sua individualização consideram, entre outros, as bases

financeiras sustentáveis de longo prazo, ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, o resultado da instituição e/ou da área quando aplicável e a relação entre desempenho e os riscos incorridos.

De acordo com a Resolução CMN 3.921, parte da remuneração variável dos diretores estatutários é paga em ações (no mínimo 50%) e um percentual é diferido em três anos (ao menos 40% da remuneração variável). As parcelas diferidas e não pagas podem ser revertidas no caso de desempenho insatisfatório da instituição e desempenho negativo da área de negócio.

Refletindo a preocupação com o desempenho sustentável, o Itaú Unibanco implanta práticas de remuneração variável específicas para colaboradores cujos papéis e responsabilidades têm impacto material sobre o risco do banco, apesar de não estarem sujeitos aos requisitos da Resolução CMN 3.921. Para este público são aplicados mecanismos de ajustes a bônus decorrentes de eventos de *compliance* e riscos, bem como diferimento.



## 11 Anexo I

## Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

		Prudencial		
		30/06/2015		
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil)	Referência do balanço do conglomerado	
<b>Capital Principal: instrumentos e reservas</b>				
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	85.148.000	-	(k)
2	Reservas de Lucros	20.181.289	-	(l)
3	Outras receitas e outras reservas	2.015.794	-	(m)
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal <sup>1</sup>	761.133	185.986	(j)
6	<b>Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</b>	<b>108.106.216</b>	-	
<b>Capital Principal: ajustes prudenciais</b>				
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	264.860	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	3.356.350	5.034.526	(e)
9	Ativos intangíveis	4.548.002	2.086.634	(h) / (i)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	2.969.402	4.454.104	(b)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-	-	
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	46.094	69.141	(d)
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	2.342.126	-	(n)
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
19	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	
20	Mortgage servicing rights			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-	
23	do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	2.379.666	-	
26.a	Ativos permanentes diferidos	101.347	-	(g)
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que compoñha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-	
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não compoñha o conglomerado	675.900	-	(a)
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	-	
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	3.156.913	-	(i)
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-	
26.i	Destaque do PR	-	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	-	
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-	
28	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Principal</b>	<b>11.147.169</b>	-	
29	<b>Capital Principal</b>	<b>96.959.047</b>	-	

<sup>1</sup> Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores

<sup>2</sup> Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

### Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

		Prudencial	
		30/06/2015	
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil)	Referência do balanço do conglomerado
<b>Capital Complementar: instrumentos</b>			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	-
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar <sup>3</sup>	49.374	74.060
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
36	<b>Capital Complementar antes das deduções regulatórias</b>	<b>49.374</b>	<b>-</b>
<b>Capital Complementar: deduções regulatórias</b>			
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar		
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-	
40	Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	-
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, considerando o montante inferior a 10% do valor do Capital Complementar	-	-
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	-
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	-
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-
43	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
44	<b>Capital Complementar</b>	<b>49.374</b>	<b>-</b>
45	<b>Nível I</b>	<b>97.008.420</b>	<b>-</b>
<b>Nível II: instrumentos</b>			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II		
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 <sup>4</sup>	29.353.581	12.580.106
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II <sup>3</sup>	65.822	98.733
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	65.822	98.733
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-
51	<b>Nível II antes das deduções regulatórias</b>	<b>29.419.403</b>	<b>-</b>
<b>Nível II: deduções regulatórias</b>			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital de Nível II	-	
55	Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	3.544	-
56.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012	3.544	-
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	-
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	-
57	<b>Total de deduções regulatórias ao Nível II</b>	<b>3.544</b>	<b>-</b>
58	<b>Nível II</b>	<b>29.415.859</b>	<b>-</b>
59	<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>126.424.280</b>	<b>-</b>
60	<b>Total de ativos ponderados pelo risco</b>	<b>736.392.654</b>	<b>-</b>

<sup>1</sup> Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores

<sup>2</sup> Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

		Prudencial		
		30/06/2015		
		Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil)	Referência do balanço do conglomerado
58	<b>Nível II</b>	29.415.859		
59	<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	126.424.280		
60	<b>Total de ativos ponderados pelo risco</b>	736.392.654		
<b>Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal</b>				
61	Índice de Capital Principal (ICP)	13,2%		
62	Índice de Nível I (IN1)	13,2%		
63	Índice de Basileia (IB)	17,2%		
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,5%		
65	do qual: adicional para conservação de capital	0,0%		
66	do qual: adicional contracíclico	0,0%		
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)			
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	8,7%		
<b>Mínimos Nacionais</b>				
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III			
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5,5%		
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	11%		
<b>Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)</b>				
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	9.462.706		(f)
74	Mortgage servicing rights			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	5.072.802		(c)
<b>Limites à inclusão de provisões no Nível II</b>				
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada			
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada			
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-		
<b>Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)</b>				
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite			
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	-	
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	29.353.581	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite <sup>4</sup>	12.580.106	-	

<sup>1</sup> Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores

<sup>2</sup> Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192

### 12 Glossários

#### 12.1 Glossário de Siglas

##### A

- AVA - Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças
- ARS - Peso Argentino

##### B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BIA - *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)
- BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

##### C

- CDB - Certificado de Depósito Bancário
- CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro
- CDS - Credit Default Swap
- CER - Coeficiente de Estabilização de Referência (índice oficial de inflação argentino)
- CLP - Peso chileno
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados
- CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio
- CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários

##### D

- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV01 - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

##### E

- EAD - *Exposure at Default* (valor estimado da exposição em caso de inadimplência)
- EUA - Estados Unidos da América

##### F

- FIDC - Fundos de Investimento em Direito Creditórios
- FPRs - Fatores de Ponderação de Riscos

##### I

- ICAAP – Processo interno de avaliação da adequação de capital
- IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado
- IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo

##### L

- LGD - *Loss Given Default* (perda dada à inadimplência)

##### M

- MEP – Método de Equivalência Patrimonial

- MtM – Mark to Market

### P

- PCN - Planos de Continuidade de Negócios
- PD - *Probability of Default* (probabilidade de inadimplência)
- PR - Patrimônio de Referência
- PYG - Guarani Paraguaio

### R

- RA - *Risk Assessment* (Avaliação de Riscos)
- RBAN - Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação
- RCAP - *Regulatory Consistency Assessment Programme*
- RWA - *Risk Weighted Assets* (ativos ponderados pelo risco)
- RWA<sub>ACS</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas às variações no preço de ações e classificadas na carteira de negociação
- RWA<sub>CAM</sub> - Parcela relativa às exposições em ouro, moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial
- RWA<sub>COM</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de *commodities*
- RWA<sub>CPAD</sub> - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA<sub>JUR</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxa de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação
- RWA<sub>JUR1</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas pré-fixadas, denominadas em real
- RWA<sub>JUR2</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de cupons de moedas estrangeiras
- RWA<sub>JUR3</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de cupons de índices de preços
- RWA<sub>JUR4</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à de variação de cupons de taxas de juros
- RWA<sub>MPAD</sub> - consiste no somatório das parcelas RWA<sub>CAM</sub>, RWA<sub>JUR</sub>, RWA<sub>COM</sub> e RWA<sub>ACS</sub>
- RWA<sub>OPAD</sub> - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional

### S

- SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

### T

- TRS - Total Return Swap
- TI - Tecnologia da Informação
- TR - Taxa Referencial
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

### U

- UF - Índice de Inflação Chileno
- UI - Índice de Inflação Uruguaio
- UYU - Peso Uruguaio

### V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

### 12.2 Glossário de Normas

- Circular BACEN 3.354, de 27 de junho de 2007
- Circular BACEN 3.393, de 03 de junho de 2008
- Circular BACEN 3.547, de 07 de julho de 2011
- Circular BACEN 3.635, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.636, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.637, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.638, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.639, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.640, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.641, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.643, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.645, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.647, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.652, de 26 de março de 2013
- Circular BACEN 3.675, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.678, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.679, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.696, de 03 de janeiro de 2014
- Circular BACEN 3.714, de 20 de agosto de 2014
- Circular BACEN 3.716, de 21 de agosto de 2014
- Circular BACEN 3.739, de 17 de dezembro de 2014
- Circular BACEN 3.741, de 29 de dezembro de 2014
- Carta Circular BACEN 3.565, de 06 de setembro de 2012
- Resolução CNSP 228, de 06 de dezembro de 2010
- Resolução CNSP 280, de 30 de janeiro de 2013
- Resolução CNSP 282, de 30 de janeiro de 2013
- Resolução CNSP 283, de 30 de janeiro de 2013
- Resolução CNSP 284, de 30 de janeiro de 2013
- Resolução CMN 3.380, de 29 de junho de 2006
- Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007
- Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007
- Resolução CMN 3.533, de 31 de janeiro de 2008
- Resolução CMN 3.721, de 30 de abril de 2009
- Resolução CMN 3.809, de 28 de outubro de 2009
- Resolução CMN 3.921 de 25 de novembro 2010

- Resolução CMN 3.988, de 30 de junho de 2011
- Resolução CMN 4.090, de 24 de maio de 2012
- Resolução CMN 4.192, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.193, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.194, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.195, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.277, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.278, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.279, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.281, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.311, de 20 de fevereiro de 2014
- Instrução Normativa CVM 475, de 17 de dezembro de 2008